

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Larissa Lima Almeida Moraes

ESCOLANOVISMO, HIGIENE E LEITURA

CAMPINAS
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Larissa Lima Almeida Moraes

ESCOLANOVISMO, HIGIENE E LEITURA

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como exigência para a
conclusão da graduação em Pedagogia
pela Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação da Prof^a. Dra. Heloísa Helena
Pimenta Rocha.

Campinas
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

M791e Almeida Moraes, Larissa Lima, 1991-
Escolanovismo, higiene e leitura / Larissa Lima Almeida Moraes. – Campinas,
SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Heloísa Helena Pimenta Rocha.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Manuais escolares. 2. Higiene. 3. Escola nova. 4. História da educação. I.
Rocha, Heloísa Helena Pimenta, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciado

Banca examinadora:

Carmen Lúcia Soares

Data de entrega do trabalho definitivo: 14-12-2015

ESCOLANOVISMO, HIGIENE E LEITURA

Larissa Lima Almeida Moraes

Heloísa Helena Pimenta Rocha – Orientadora

Carmen Lúcia Soares – Segunda Leitora

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, primeiramente, aos meus pais; sem os quais nada disto seria possível de ser concretizado. Muito obrigada pelo imenso apoio, em todos os sentidos. Obrigada por serem meus primeiros educadores, e terem realizado esta tarefa com tanto amor, empenho e dedicação. Fato este que foi fundamental para eu ter escolhido o caminho pelo qual percorro hoje. Sou eternamente grata pelo constante incentivo e por acreditarem tanto em mim. Pela paciência, disponibilidade e bons exemplos que sempre me deram.

Sou grata também ao meu irmão, Pedro, pelo exemplo de amor, amizade e parceria sem o qual não conseguiria suportar as pressões da academia. Foi na minha família que sempre encontrei o apoio necessário para seguir em frente. A todos vocês, meu sincero agradecimento.

Agradeço também a todos os colegas e amigos que a graduação me permitiu conviver. Especialmente à Marina Pires Vieira, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia e durante todos os cinco anos; sendo o equilíbrio necessário para moderar meus instintos de extrema responsabilidade. Obrigada por me mostrar que há vida além dos livros e que não preciso passar todas as minhas tardes na biblioteca. Obrigada por ter compartilhado todos esses momentos comigo e pela amizade da qual sempre vou me recordar com imenso carinho.

Finalmente, e não menos importante, agradeço a minha professora, orientadora e amiga Heloísa Helena Pimenta Rocha. Sou imensamente grata pelo exemplo de pesquisadora, e de seu imensurável compromisso com o conhecimento; tornando-se um constante exemplo para todos que se sentem instigados a seguir pelo caminho da investigação. Agradeço não apenas por seu comprometimento com

o conhecimento, mas também pela desmedida responsabilidade e dedicação para com seus orientandos, alunos e parceiros de vida acadêmica.

Sou grata pela extrema generosidade com a qual me confiou um tema tão importante que derivou de nada menos de sua brilhante tese de Livre Docência e agora se configura neste trabalho de conclusão de curso. Muito obrigada pela confiança. Obrigada também pela disponibilidade e por compartilhar de tanto conhecimento e sabedoria.

RESUMO:

O presente trabalho pretende realizar um mapeamento de manuais escolares produzidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, que, de forma direta ou indireta, põem em circulação o discurso da educação higiênica. A seleção das fontes primárias derivou dos apêndices da obra do médico higienista Sebastião Mascarenhas Barroso. O autor publicou na década de 1930, pela editora Melhoramentos, a coleção *Biblioteca Popular de Hygiene: Saúde para todos*. Os apêndices desta coleção são assinados pela Seção Editora da Companhia Melhoramentos, dirigida por Lourenço Filho, um dos porta-vozes do movimento escolanovista no Brasil. Esses textos configuram-se como uma possível indicação de formas de usar estes livros no ambiente escolar, proporcionando uma “adaptação” da coleção para fins didáticos. Para além destas recomendações, também é divulgada uma lista de outras obras que poderiam ser utilizadas para o ensino de higiene; o que permite a composição de uma “nova coleção”. A partir desta perspectiva, este trabalho pretende analisar esses livros indicados por Lourenço Filho, procurando testar a possibilidade de constituir uma coleção de livros destinados ao ensino das temáticas de higiene e saúde na escola primária, a partir de um viés escolanovista. Objetivamos realizar um mapeamento buscando identificar elementos que possam aproximar esse material, em busca de uma unidade que permita constituí-los como uma “coleção”. Concomitantemente, pretendemos identificar um projeto de educação higiênica inserido nessas obras e as intenções do editor ao indicá-las para o trabalho pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais Escolares; Higiene; Escola Nova; História da Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - A mediação editorial de Lourenço Filho na coleção de Sebastião Barroso.....	18
CAPÍTULO II - A constituição de uma “nova coleção”.....	22
2.1 - El Rei Dom Sapo; D. Içá Rainha e Totó Judeu, de T. de Andrade.....	25
2.1.2. El-Rei Dom Sapo.....	26
2.1.3 D. Içá Rainha.....	30
2.1.4. Totó Judeu.....	32
2.2 Vida Hygiênica, d Pedro Deodato de Moraes.....	35
2.3 João Pergunta, de Newton Craveiro.....	40
2.4 Oitocentas léguas a pé, de A. B. Nepomuceno.....	46
2.5 Geografia da Criança, de Renato Jardim.....	51
2.6 Série Braga, de Erasmo Braga.....	60
CAPÍTULO III - O ensino de higiene nas obras apresentadas.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
ANEXOS.....	87

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.....	37
Imagem 2.....	38
Imagem 3.....	38
Imagem 4.....	45
Imagem 5.....	48
Imagem 6.....	69

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho deriva das discussões decorrentes do desenvolvimento de um projeto de Iniciação Científica, como parte de um programa de pesquisa mais amplo coordenado pela Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha, com financiamento do CNPq, que possuía como propósito central a constituição de uma “Biblioteca de higiene”. A participação neste projeto permitiu o contato com uma diversidade de manuais escolares produzidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Dentre o material recolhido em bibliotecas, arquivos e centros de documentação, pelos pesquisadores que compõem a equipe do projeto, a obra do médico higienista Sebastião Mascarenhas Barroso ganhou destaque devido a sua notória contribuição para o tratamento da temática da higiene no período. O autor publicou na década de 1930, pela Editora Melhoramentos, a coleção *Biblioteca Popular de Hygiene: Saúde para todos*, que visava divulgar conhecimentos científicos e orientar comportamentos da população sobre as questões de saúde e higiene.

A coleção inicialmente foi configurada para um amplo público leitor; porém, através da mediação editorial, foi se reestruturando até constituir-se como objeto de “cultura escolar”, em um processo de “escolarização da higiene”. Sobre este aspecto, Rocha destaca que “a presença dos textos compostos pelo editor marca a passagem de uma edição popular para uma edição escolar, imprimindo transformações importantes na coleção e deslocamento no público que ela visa constituir”. (ROCHA, 2015, p. 310).

Sobre a iniciativa editorial citada acima, é importante destacar a atuação de Lourenço Filho que, desde 1927, tem seu nome vinculado à Companhia

Melhoramentos de São Paulo. Além de editor, ele também exercia influência nas esferas políticas e educacionais, sendo um dos responsáveis pela divulgação dos ideais da Escola Nova, que resultou em uma série de reformas no ensino do país.

A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino baseado principalmente nas teorias norte-americanas de John Dewey, que priorizava o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. No Brasil, a esse movimento ganhou fôlego com o documento intitulado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: ao povo e ao governo*, publicado em 1932, com o apoio de intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e o próprio Lourenço Filho. A proposta deste trabalho não consiste em discutir a legitimidade dos ideais da Escola Nova, apenas os expomos brevemente a fim de situar a posição político-ideológica que possuía o editor da coleção de Sebastião Barroso. Lourenço Filho atua como editor, mas sem abandonar seus princípios escolanovistas, fazendo emergir a hipótese de uma possível “imposição” de seus princípios através da mediação editorial.

A hipótese mencionada acima derivou dos apêndices inseridos nos livros da coleção de Barroso, assinada pela Seção Editora da Companhia Melhoramentos, dirigida por Lourenço Filho. A partir do sétimo livro da coleção *Biblioteca Popular de Higiene*, encontramos um apêndice intitulado *Orientação didáctica para o professor*, que apresenta indicações do editor de como a coleção deveria ser utilizada para fins didáticos, enfatizando os métodos que ele julgava adequados.

Além destas recomendações, também é divulgada uma lista de outros títulos que deveriam ser trabalhados em conjunto com a coleção, visando potencializar a educação higiênica; o que permite a constituição de uma “nova coleção”. Dentre os títulos sugeridos, Lourenço Filho indica leituras destinadas aos professores e leituras destinadas aos alunos. Nos limites deste trabalho, pretende-se analisar as obras

destinadas ao uso com os discentes, cujos títulos são referenciados no quadro a seguir:

Livro	Autor	Ano	Edição
El-Rei D. Sapo	Thales de Andrade	1922	-
D. Içá Rainha;	Thales de Andrade	-	4 ^a
Totó Judeu;	Thales de Andrade	1927 (?)	-
João Pergunta	Newton Craveiro	1939	13 ^a
Oitocentas léguas a pé	A. Nepomuceno	1926	1 ^o
Geografia da criança	Renato Jardim	1938	8 ^a
Vida higienica	Deodato de Moraes	1947	6 ^o
Série Braga - Livro I	Erasmu Braga	1922	3 ^a
Série Braga - Livro II	Erasmu Braga	1921	2 ^o
Série Braga - Livro III	Erasmu Braga	1956	149 ^a

Os novos títulos reunidos a partir das indicações do editor constituem-se como fonte primária para a realização deste trabalho. Uma característica que merece destaque é que todos os livros acima foram publicados Editora Melhoramentos de São Paulo. Parte-se, então, das indicações do editor para compor uma “nova coleção” destinada ao ensino de higiene no período em questão. Um dos principais objetivos que visamos concretizar é a constituição desta coleção e a análise de tais obras.

Inicialmente pretendemos testar a possibilidade de constituir esta “nova coleção” destinada ao ensino das temáticas de higiene e saúde na escola primária. Objetivamos realizar um mapeamento, buscando identificar fatores que podem aproximar este material, em busca de uma unidade que permita constituí-los como uma “coleção”.

Tendo em vista nosso objetivo, consideramos essencial apresentar uma discussão inicial a respeito da utilização de manuais escolares como fonte para a História da Educação. Tal discussão apresenta-se necessária para legitimar nosso recorte de fontes e também apresentar brevemente nosso referencial teórico.

A história da educação, em seu diálogo com a história cultural, propõe o diálogo com outros campos de conhecimento e inova em relação às fontes historiográficas, amplia a possibilidade de investigação. Dentro desta linha de raciocínio, os livros escolares apresentam uma significativa possibilidade de investigação no campo da saúde e educação, visto que é possível extrair informações sobre o currículo e as práticas escolares em determinado período.

De acordo com a obra “Base de Datos Manes Manuais Escolares Europeus e Latino Americanos”, a utilização deste tipo de fonte para estudos na esfera da História da Educação ampliou-se na década de 1990; apresentando-se como objeto fundamental para a análise historiográfica da “cultura escolar”.

Então surgiram os primeiros trabalhos que abordam a história interna da vida escolar e de seus elementos materiais, tornando possível que o olhar do historiador haja penetrado no interior das instituições escolares para conhecer o seu funcionamento e a apropriação que nelas se vem produzindo das correntes ideológicas, culturais, sociais e pedagógicas que, junto com um conjunto de práticas, ações e experiências, têm conformado ao longo da história a chamada “cultura escolar”. Dentro desta nova vertente de estudos históricos, os manuais utilizados nas escolas converteram-se num objecto de investigação privilegiado. (CENTRO DE INVESTIGACIÓN MANES, s./d., p. 37)

Augustín Escolano Benito (2001) também segue a mesma linha de raciocínio e defende o “livro escolar como espaço de memória”. Este autor afirma que:

El libro escolar constituye hoy una fuente de primera línea en la configuración de la nueva historiografía de la educación. Objeto esencial a la cultura de la escuela tradicional, que entre otros atributos há llegado a ser calificada de libresca, el manual no és solo un elemento material del ajuar de los maestros y escolares, sino la representación de todo un modo de concebir y practicar la enseñanza. Su textualidad constituye sin duda una forma de escritura que expresa teorías pedagógicas implícitas y patrones de comunicación que conforman un microssistema instructivo completo y en parte autónomo. El lector de esta textura escrita puede descubrir en ella los valores, los contenidos y los métodos que vehicula. (ESCOLANO, 2001, p. 35)

Como explicitam as citações, os livros escolares constituem-se como importantes instrumentos de investigação para a história e historiografia da educação; apresentam vestígios e indicam pistas para a reconstituição das práticas no interior das instituições educativas. Permitem ao historiador adentrar no cotidiano destas instituições, identificando valores, conteúdos e métodos utilizados no período vigente. Todavia, a análise destes materiais não se limita ao cotidiano escolar, uma vez que representam os valores dominantes de toda a sociedade que produzia e consumia seus conteúdos. “O livro didático funcionava como um professor coletivo porque era uma obra constituída com base em vários componentes: a escola, a editora, o Estado, a política cultural, educacional e cívica, o discurso historiográfico, o professor e o aluno”. (CAPELATO, 1998, p. 219). Desta maneira, os manuais escolares relacionam-se com as mais diversas esferas da sociedade.

Escolano Benito cita Chartier e considera que os livros são “una representación del mundo que los produce y de la cultura que se los apropria.” (CHARTIER, 1992, apud ESCOLANO, 2001, p. 39). Os manuais escolares são reflexos da sociedade, estes documentos constituem valioso instrumento para as investigações no campo da História da Educação e das instituições escolares.

Tendo apresentado brevemente o potencial dos manuais escolares como fonte histórica, justificamos nosso recorte de fontes. Neste momento, pretendemos apresentar o referencial teórico que nos apoiamos durante a realização deste trabalho. O principal referencial teórico desta pesquisa consiste nos autores da corrente historiográfica que ficou conhecida como História Cultural, principalmente em Roger Chartier e, mais especificamente, suas contribuições a respeito da história do livro e da leitura. Além disto, este autor também nos fornece elementos para

compreender a mediação editorial, tornando-se essencial para a fundamentação deste trabalho.

Chartier compreende o livro como objeto cultural, que deve ser analisado considerando as marcas de sua produção, circulação e usos. Marta Maria Chagas de Carvalho sintetiza os principais aspectos da teoria de Chartier sobre a história do livro. Esta autora ressalta:

Essas considerações são especialmente pertinentes para estudos que focalizem a circulação internacional de produtos culturais como livros, atentando para os usos contrastantes que deles são feitos em espaços e tempos distintos. Elas se inscrevem no território de investigação delineado pelas proposições historiográficas de Roger Chartier e Michel de Certeau, que demarcam três problemáticas distintas, mas confluentes: as relativas à *materialidade* dos objetos culturais; as relativas às *estratégias* que os produzem e põem em circulação; e as referentes às *apropriações* de que são matéria e objeto. (CARVALHO, 2006, p. 141 – 142)

As três problemáticas distintas destacadas pela autora resumem a teoria de Chartier sobre a história do livro e da leitura. No limite deste trabalho, iremos analisar as fontes primárias apoiados nos dois primeiros conceitos deste autor, a *materialidade* e as *estratégias* que o cercam. Pretendemos a apresentar os livros selecionados atentando para os seus aspectos materiais e buscando compreender as estratégias editoriais em que esses objetos impressos estavam inseridos. Quanto às *apropriações* destes objetos, este trabalho não irá se aprofundar, uma vez que compreendemos a complexidade de relações que podem ser estabelecidas no uso destes materiais. Limitar-nos-emos a observar os usos prescritos pelos autores e pelo editor, com a consciência de que não alcançaremos, neste primeiro momento, seus usos efetivos no ambiente escolar. Carvalho ressalta o hiato entre o uso prescrito na situação que presidiu a produção dos livros e seus usos efetivos:

Analisados como produtos de estratégias determinadas, os materiais impressos deixam ler marcas de usos prescritos e de destinatários visados por seus produtores, - autores e editores -, mas têm esse seu valor indicial relativizado pelas estratégias de que são produtos. O que significa afirmar que dizem muito pouco sobre os usos que são efetivamente feitos deles por seus leitores. (CARVALHO, 2006, p. 143-144)

A partir desta perspectiva, compreendemos que a *apropriação* dos livros aqui analisados é um processo complexo. Nossas fontes primárias apresentam indícios do uso prescrito pelos seus autores em seu momento de produção, bem como o público que visavam atingir. As marcas do editor também sugerem estes intuitos, porém as fontes não nos permitem acessar seus usos efetivos, apenas suas intenções primárias. A mediação editorial traz elementos que indicam as maneiras de se utilizar os livros em sala de aula, mas não possibilita saber como estes livros foram apropriados pelos seus leitores no passado.

O conceito de *apropriação*, para Chartier, é definido historicamente. Sobre este conceito, o próprio autor considera que:

Esta noção parece central para a história cultural, desde que seja reformulada. Esta reformulação, que enfatiza a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo regulada dos agentes que não obrigam nem os textos nem as normas, distancia-se, em primeiro lugar, do sentido que Michel Foucault dá ao conceito, ao tomar “a *apropriação social dos discursos*” como um dos procedimentos maiores através dos quais os discursos são dominados e confiscados pelos indivíduos ou instituições que se arrogam o controle exclusivo sobre eles. Distancia-se também do sentido que a hermenêutica dá à *apropriação*, pensada como o momento em que a “*aplicação*” de uma configuração narrativa particular à situação do leitor refigura sua compreensão de si e do mundo, logo sua experiência fenomenológica tida como universal e subtraída a toda variação histórica. A *apropriação*, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.

Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 6)

O autor ressalta o caráter histórico da apropriação, entendida por ele como a construção de sentido e interpretação do mundo, inscritas nas práticas que as produzem. Chartier aponta para a necessidade de estar atento às condições que determinam a construção de sentido. No que compete à leitura, especificamente, a apropriação é a forma como os sujeitos compreendem o que vêem e lêem. Esta atribuição de sentido depende das competências do leitor, das práticas de leitura que ele possui, do lugar e do momento em que está inserido. Cada leitor se apropria de uma mesma obra de forma distinta. A partir desta perspectiva, não possuímos elementos suficientes que sejam capazes de nos informar quanto à apropriação no passado das obras aqui selecionadas.

Neste sentido, ressaltamos o caráter descritivo deste trabalho. Inicialmente nos propomos a explicar sobre a mediação editorial apresentando um retrato dos apêndices da coleção de Sebastião Barroso, visando situar o leitor quanto ao lugar de que esta pesquisa parte. Em um segundo momento será realizado um mapeamento dos manuais indicados por Lourenço Filho. Este capítulo terá um caráter descritivo, com a intenção de aproximar o leitor do material analisado, apresentando seus conteúdos, discursos e alguns dos elementos materiais. A análise das estratégias editoriais a que estas obras estariam vinculadas se encontrará em um terceiro capítulo, em que, após o mapeamento da coleção, pretendemos realizar um “balanço” dos principais aspectos tentando compreender as intenções do editor ao selecioná-las. Em outras palavras, testaremos a possibilidade de constituir uma “nova coleção” a partir das indicações de Lourenço Filho, buscando identificar o que este editor propunha que se lesse para a concretização de um projeto de educação higiênica inserido no contexto das reformas escolanovistas.

CAPÍTULO I - A mediação editorial de Lourenço Filho na coleção de Sebastião Barroso

Sendo que as fontes primárias para a realização deste trabalho consistem em livros indicados por Lourenço Filho nos apêndices de uma coleção que aborda temáticas ligadas à higiene e à saúde; compreendemos que para situar o leitor quanto às origens desta pesquisa é indispensável uma breve apresentação da coleção da qual os apêndices foram retirados, a *Biblioteca Popular de Higiene*.

Heloísa Helena Pimenta Rocha dedicou-se a esta coleção como seu objeto de estudo e, a respeito de sua estrutura, afirma que a “Bibliotheca Popular de Hygiene: a saude para todos” é uma “coleção composta por 22 títulos de autoria do médico Sebastião Barroso, publicada pela Melhoramentos na década de 1930 (...)”. (ROCHA, 2015, p.28).

Dos vinte e dois títulos, quinze possuem um apêndice intitulado *Orientação didáctica para o professor*, assinado por Lourenço Filho. Nesses apêndices, o editor apresenta orientações para utilizar a coleção em sala de aula, além de recomendar outros livros para fomentar o ensino de higiene. Com esta perspectiva, ele apresenta recomendações do que fazer e do que ler; tal como sugere o trecho abaixo retirado do apêndice do livro número VII “O Solo e a Saúde”, da coleção de Sebastião Barroso:

Este livro não foi escripto para leitura directa dos alumnos do curso primário. Servirá, no entanto, como leitura occasional, para a illustração de assumptos que podem dar matéria para a unidade de trabalho (centros de interesse e projectos) nas últimas classes deste curso. (Appendice, O Solo e a saúde, p. 51)

O referido trecho demonstra o reconhecimento do editor de que tal livro não consistia, em sua configuração inicial, em um manual destinado ao ensino; mas sugere sua utilização ocasionalmente. A continuação deste apêndice, bem como o dos livros seguintes, apresenta possibilidades de se integrar esta coleção às práticas escolares

Além da adaptação desta coleção para o público escolar de maneira geral, outro aspecto que merece ser ressaltado é a tentativa de adaptar conteúdos que inicialmente não se configuravam ao modelo escolanovista. É perceptível o esforço de Lourenço Filho, de orientar o professor para que utilize as informações contidas nessa obra a partir dos “centros de interesse” e “metodologia de projetos”, como previa o modelo defendido pelo editor como projeto ideal de educação.

Os centros indicados poderão dar origem a outros, de acordo com os interesses manifestados pelos alumnos. Factos ou ocorrências da localidade poderão servir como ponto de partida para centros occasionaes. O importante será ligar o ensino da hygiene a todo o programma, tornando-o vivo e real, e sempre presente, porque relacionado com as demais disciplinas do curso. Com isto, o professor prestará obra patriótica, concorrendo para a educação sanitária de nosso povo. (Appendice, O Solo e a saúde, p. 54)

A citação evidencia a importância que é atribuída à educação higiênica, sendo considerada como “obra patriótica”. Concomitantemente, percebe-se a tentativa de adaptar os conteúdos aos ideais da Escola Nova, que deslocavam o centro do processo de ensino - aprendizagem, enfatizando a participação efetiva do aluno - *de acordo com os interesses manifestados pelos alumnos* – além de tentar aproximar os conteúdos da realidade - *o ensino da hygiene a todo o programma, tornando-o vivo e real*.

Esta tentativa de adaptação dos conteúdos sinaliza um possível descompasso de intenções entre autor e editor, que muito provavelmente possuíam

divergentes concepções sobre modelos pedagógicos. A proposta de Sebastião Barroso consistia no recurso a um livro que possibilitasse a aquisição de hábitos de higiene através da repetição e memorização dos conteúdos apresentados. Porém, Lourenço Filho, ao compor os apêndices destinados aos professores, apresenta uma concepção distinta de aquisição de conhecimento. Ao analisar os apêndices da coleção de Barroso, Rocha identifica este descompasso de intenções:

De uma proposta pedagógica calcada no “ler e reler”, no “saber e ressaber” as noções de higiene e saúde dispersas nos vários livros da coleção, tendo em vista compreendê-las com clareza, assimilá-las e incorporá-las às práticas cotidianas como gestos automatizados, passa-se, pelas mãos do editor, a um novo regime de práticas, que pressupõem um sujeito ativo, envolvido em atividades organizadas em torno de centros de interesse ou projetos. (ROCHA, 2015, p. 310)

A partir da postura de Lourenço Filho como editor, Rocha (2015) levanta a hipótese de que a intervenção do editor inscreve esses livros em um modelo pedagógico que se sobrepõe às concepções que presidem a escrita das obras pelo autor. A partir desta perspectiva, identificamos uma possível tensão entre autor e editor. Sobre esta questão, Chartier comenta:

(...) os editores, por suas escolhas, desempenham um papel essencial nessa domesticação da abundância. Nasce daí a ambivalência fundamental da atividade editorial e do comércio do livro. De um lado, somente eles podem assegurar a constituição de um mercado de textos e dos julgamentos. São eles uma condição necessária para que possa ser constituída uma esfera pública literária e um uso crítico da razão. Mas, de outro, em virtude de suas próprias leis, a edição submete a circulação das obras a coerções e a finalidades que não são idênticas àquelas que governaram sua escrita. Entre essas duas exigências, a tensão não se resolve facilmente. (CHARTIER, 2002, p. 76)

Nesse sentido, o conflito de exigências entre autor e editor faz parte dos processos de constituição dos textos em livros. Nos apêndices analisados, é perceptível a sobreposição do discurso do segundo em relação ao primeiro.

Lourenço Filho, através da mediação editorial, ressignifica o sentido e procura configurar a apropriação da obra de Barroso a partir de orientações didáticas, articuladas em consonância com o modelo pedagógico da Escola Nova. Sobre este aspecto, Rocha considera:

As indicações contidas nos apêndices, por meio das quais o editor procurava orientar o trabalho dos professores, novos leitores visados pela coleção assinada por Barroso, inscrevem a discussão no coração do debate que se travou nos anos 1920 e 1930, em torno de modelos pedagógicos, que disputavam entre si as possibilidades de normatizar as práticas escolares. Entre o discurso do autor e as orientações do editor parece insinuar-se uma dissonância, que se torna mais evidente quando se tem em conta o detalhamento em relação aos procedimentos que deveriam ser adotados pelo professor, com vistas a adaptar os livros às práticas prescritas. Nessa contenda silenciosa, tem-se, de um lado, um autor que busca com os seus livros oferecer noções de higiene capazes de assegurar a inculcação de hábitos de vida saudáveis e, de outro, um editor cuja atuação se circunscreve em torno de um movimento de renovação educacional, o qual desloca o interesse e a atividade do aluno para o centro da cena pedagógica. (ROCHA, 2015, p. 317)

A mediação editorial fica evidente na coleção *Biblioteca Popular de Higiene* pelas intervenções de Lourenço Filho, que busca promover uma adaptação dos conteúdos apresentados por Barroso para o público escolar, adequando-os aos princípios da Escola Nova e orientando, recorrentemente, os professores à leitura da sua *Introdução ao estudo da Escola Nova*. A partir desta perspectiva, o editor apresenta recomendações de como utilizar estes livros no ambiente escolar, indicando *o que, e como se deve fazer*. Porém, além destas recomendações práticas, ele também indica *o que se deve ler*, com as sugestões de outros livros a serem utilizados conjuntamente. Assim, podemos considerar que os apêndices assinados por Lourenço Filho na coleção de Barroso consistem em um documento histórico que pode indicar o que este intelectual, em sua função de editor, sugeria que se fizesse e se lesse no âmbito escolar.

Com esta intenção, separamos os títulos indicados pelo editor e pretendemos analisá-los buscando encontrar uma unidade entre os mesmos, tentando cotejá-los com o discurso do editor. Em um primeiro momento, nos limitaremos em realizar uma descrição destas obras, a fim de aproximar o leitor deste material; apresentaremos seus autores e os conteúdos de seus livros de maneira descritiva.

CAPÍTULO II - Apresentação da “nova coleção”

Após apresentar a importância dos livros escolares como fontes para a História da Educação, neste momento será realizado um mapeamento das obras selecionadas a partir das indicações de Lourenço Filho nos apêndices da coleção de Sebastião Barroso.

Nos limites deste trabalho, pretendemos analisar as obras indicadas como leitura auxiliar para os alunos, consistindo de dez títulos diferentes, três dos quais não são indicados como obra completa, mas passagens diversificadas: trata-se de lições da série de leitura graduada Braga.

É importante ressaltar que os títulos selecionados não compõem uma coleção a princípio. Nosso gesto de pesquisador é que está testando a hipótese de reunir estas obras e constituir uma coleção. Sobre este movimento, Michel de Certeau comenta:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a “coleção”. (CERTEAU, 2002, p. 81)

Esse mesmo autor ainda considera que este gesto de isolar objetos e redistribuí-los de outra maneira consiste em uma “operação” necessária ao trabalho do historiador. A partir desta perspectiva, reunimos um conjunto de livros que inicialmente não se configuravam como uma “coleção”; eram apenas obras isoladas. A nossa atuação sobre estas obras permitiu compô-las como “documentos” históricos. Isolamos estes livros de seu contexto original e os reorganizamos a fim de atribuir-lhes um novo sentido. Esta “operação” partiu de nosso gesto de pesquisadores que visa testar a possibilidade de constituir uma “nova coleção”.

Realizaremos um mapeamento destas obras, identificando seus autores, conteúdos e discursos divulgados nas mesmas. No conjunto dos títulos selecionados, encontramos seis autores responsáveis, uma vez que um mesmo escritor assume a autoria de três livros indicados. A partir de uma pesquisa biográfica, tentamos reconstituir brevemente a trajetória de vida e trabalho desses autores com a intenção de identificar fatores que pudessem aproximá-los, ou reunir indícios que pudessem explicar os motivos que levaram Lourenço Filho, no papel de editor, a indicar as obras aparentemente desconexas. Concomitantemente à apresentação dos autores, realizamos uma análise descritiva das obras selecionadas destacando seus discursos e conteúdos. Também pretendemos fornecer ao leitor algumas considerações quanto aos aspectos físicos e à materialidade das obras, ressaltando o caráter estético das imagens, fotografias e ilustrações. Ultrapassando a descrição das imagens, compreendemos que o suporte material do livro é tão importante quanto seu conteúdo. Apoiados nas contribuições de Chartier, consideramos fundamental perceber as condições de produção do livro

como impresso, como objeto cultural e também mercadológico. Este autor ressalta que:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão. (CHARTIER, 1991, p.8)

Chartier destaca que não podemos analisar um livro separado de sua materialidade, que o suporte em que o texto foi impresso interfere nas formas através das quais ele chega ao leitor. Este autor também enfatiza a diferenciação entre as intenções do autor e as estratégias escolhidas pelo editor; esta distinção seria indispensável para a análise e compreensão do livro como material impresso, como objeto cultural. A partir desta perspectiva, realizaremos uma tentativa de compreender as fontes primárias com atenção aos seus conteúdos e sua materialidade.

Muitos aspectos derivam da leitura destas obras; não só as questões da higiene especificamente, mas outras questões pertinentes na época, como a questão da religião, das raças, do patriotismo, entre outras que aparecem nas entrelinhas das histórias selecionadas. Porém, não nos cabe realizar uma reflexão sobre cada história individualmente, apontando todos os aspectos importantes. Neste primeiro momento nos limitamos a realizar uma descrição resumida do conteúdo apresentado pelas obras com a intenção de situar o leitor quanto aos discursos que elas põem em circulação. O presente capítulo limita-se a uma primeira aproximação desses livros. Posteriormente, será realizada uma análise geral

cotejando todos os títulos em seus principais aspectos. Ressaltamos o caráter descritivo dos tópicos seguintes, relegando a análise para um momento posterior.

2.1 - El Rei Dom Sapo; D. Içá Rainha e Totó Judeu, de Thales de Andrade

Iniciamos por Thales de Andrade, uma vez que este assume a autoria de três dos livros selecionados. Este autor piracicabano viveu entre 1890 e 1977, sendo responsável por diversas obras direcionadas ao público infantil alcançando projeção nacional com índice de vendas expressivo para a época.

Com uma notória contribuição na área de literatura infantil, Thales Castanho de Andrade foi objeto de pesquisa de muitos historiadores da educação. De acordo com Maria Lucia Spedo Hilsdorf e Fernando Luiz Alexandre, Thales de Andrade iniciou sua carreira profissional como professor de primeiras letras no interior de São Paulo, atuando principalmente na escola normal. Além da atuação no magistério, ele também teria assumido cargos políticos como o de vereador de Piracicaba, entre os anos de 1920-1922, e diretor geral do Departamento de Educação, cargo no qual permaneceu de 1948 até se aposentar em 1955.

Hilsdorf e Alexandre ainda destacam a atuação de Andrade como literato, publicando obras de destaque no período como “Saudade, Itaí, O menino das Selvas e a coleção Encanto e Verdade”. (HILSDORF, ALEXANDRE, 2013, p. 131).

Cleila de Fátima Siqueira Stanislavski, também ressalta a posição de Andrade como escritor não apenas de literatura infantil, mas com destaque no meio jornalístico. De acordo com esta autora, ele “colaborou com os jornais, a Gazeta de Piracicaba, Jornal de Piracicaba, Folha Ferreirense e Diário Carioca, e com as

revistas Vida Moderna, Revista da Educação da Escola Normal de Piracicaba e A Cigarra.” (STANISLAVSKI, 2005, s./p).

Outro autor que escolheu a trajetória de Thales de Andrade como objeto de estudo foi André Dela Vale, que em sua dissertação de mestrado destaca “uma Moção de Louvor e Congratulação do Senado Federal em 1959, pelo sucesso da obra e pelo 40º aniversário de sua publicação, ocasião em que Thales de Andrade foi considerado ‘um santuário dominado pelo espírito da Pátria”. (VALE, 2006, p. 12).

Como podemos observar, Thales de Andrade possuía notória influência no meio político e literário do século XX. Importante ressaltar que suas três obras selecionadas (*Tótó Judeu; D. Içá Rainha e El-Rei D. Sapo*) fazem parte de uma outra coleção, denominada *Encanto e Verdade*. Esta coleção é composta de vinte e seis livros destinados ao público infanto-juvenil, todos editados pela Companhia Melhoramentos. Alguns títulos desta coleção foram reeditados mais de dez vezes, o que aponta para a influência deste autor no meio literário de sua época.

Após esta breve introdução da trajetória do autor neste momento pretendemos expor ao leitor um resumo do conteúdo de cada um dos três títulos para posteriormente realizar uma análise dos discursos apresentados pelos mesmos em conjunto com os outros títulos selecionados.

2.1.2. El-Rei Dom Sapo

De acordo com Stanislavski, esta obra teria alcançado a tiragem de dez edições, sendo que o volume a que tivemos acesso foi publicado em 1922, porém não há informações sobre a que edição específica o livro pertenceria. A capa e a contra-capã trazem poucas informações, contendo apenas o título, o autor, o ano, o

selo com informações da editora e o preço sugerido. Além dessas informações escritas, a capa apresenta a imagem em cores de um menino e uma menina acompanhados de um cachorro, todos sentados ao ar livre, com destaque para a paisagem rural. O menino segura um livro à mão, e a menina é representada como se estivesse gesticulando e explicando algo ao parceiro. Esta capa acompanha todos os títulos da coleção *Encanto e Verdade* sendo a mesma dos dois próximos livros a serem descritos. O interior do livro também possui ilustrações semelhantes à da capa, porém não há informações suficientes que indiquem quem seria o autor das imagens.

Quanto ao conteúdo, Thales de Andrade relata a história de Agapiito, um “negrinho” (como referido pelo autor) que fora enjeitado no sítio dos, já idosos, nhô Fidelis e nhá Vicência. Além destes três personagens principais, o livro também apresenta El-Rei Dom Sapo, soberano supremo do “Sétimo Reino dos bons Animaes”. Desta maneira, a história passa entre o mundo dos humanos e dos animais, ficando evidente que a principal intenção do autor com esta história é ressaltar a importância de uma relação harmoniosa entre ambos.

Para tanto, Andrade começa a narrativa apresentando o cenário; um sítio pequeno, mas muito bem cuidado, a paisagem descrita pareceria uma pintura. Neste sítio vivia um casal de idosos muito trabalhadores que possuíam como companhia apenas os animais que ali habitavam. O autor divide os animais em duas categorias: os bons e os ruins. Os bons animais seriam aqueles necessários para o funcionamento perfeito da natureza, como os sapos, as lagartixas, as aves, as abelhas, etc. Os ruins seriam as pragas, ou os “bichos daninhos”, como ele os denomina, que seriam responsáveis por arruinarem a colheita dos donos do sítio.

No início da história, o sítio era habitado apenas pelos “bons animais”; todos súditos de El-Rei Dom Sapo. A este último são atribuídas características humanas, sendo apresentado pelo autor como “governador querido, sábio, valente, justiceiro e piedoso”. (ANDRADE, 1922, p. 15). O governante dos bons animais prezava por um relacionamento amistoso com a espécie humana:

El-Rei Dom Sapo XV, que subira ao throno já fazia tantos annos, gastava a maior parte do tempo a ensinar os seus vassallos a verem no Homem, o Deus dos animaes. “Elle os cria; elle os extermina”, dizia, e o caso é que ia sendo, indiscutivelmente, o maior e mais fiel amigo do Homem. Os Bons Animaes tinham fé na palavra de El-Rei e, por isso, tudo faziam em benefício do Homem, não o prejudicando nem o atacando, nem ao que lhe fosse útil, mas, pelo contrário, dando um combate de morte a todos os animaes que eram damninhos. (ANDRADE, 1922, p.16-17)

A citação acima demonstra a importância que o autor atribuía a uma relação harmoniosa entre o homem e os animais, demonstrando a interdependência entre ambos, porém com ênfase no poder do primeiro em relação aos segundos. Ao mesmo tempo em que o homem pode exterminar os animais, ele depende destes últimos para o equilíbrio da natureza, devendo eliminar os animais prejudiciais às suas plantações.

Tudo corria bem no sítio em questão; um acontecimento que mudou o curso desta história foi a chegada de Agapiito. Esse garoto teria sido abandonado na porta do casal de idosos, que o teria acolhido com carinho e amor, providenciando de imediato seu batizado.

Apesar de toda dedicação do casal benfeitor que o teria criado como um “filho bem querido”, o “negrinho” teria crescido como um “demônio”. “Possuía má índole. Era perverso. Parecia não ter coração. Era odiado”. (ANDRADE, 1922, p. 13).

Inúmeros são os exemplos das “perversidades” que Agapiito cometia principalmente com os animais, e estes, cansados dos “crimes” cometidos pelo

garoto, foram reivindicar que El-Rei tomasse alguma providência. A única solução encontrada pelo soberano, diante de tanta crueldade do menino, foi mudar todo o reino para um lugar distante, onde estariam livres das armadilhas do menino.

Com a mudança dos bons animais, as pragas e os animais daninhos invadiram o sítio estragando as plantações, os jardins e tudo que outrora parecia até uma pintura de tão bonito e bem cuidado. O autor demonstra o esforço do casal proprietário em salvar seu patrimônio. Porém, apesar de todo o empenho, do emprego de venenos, rezas e benzimento do sítio, o “mal” permanecia em suas plantações, até que chegaram à conclusão de que Agapiito era o culpado. “O pobre casal de velhos que o criava, com tanto amor, com tanto trabalho, já não sabia o que havia de fazer-lhe. Não lhe valiam conselhos, pedidos, reprimendas, castigos, surras. Agapiito era sem vergonha! Agapiito era incorrigível”. (ANDRADE, 1922, p. 14). O narrador ainda complementa: “(...) Não restava mais dúvida – O mal attráe o mal. O máu estava attrahindo os máus. Agapiito era o culpado de toda aquella desgraceira. Era preciso expulsa-lo”. (ANDRADE, 1922, p. 31).

Sendo a culpa das pragas nas plantações atribuída à crueldade de Agapiito com os animais, decidiu-se que este seria expulso, com a esperança de que El-Rei e seus vassalos retornassem à sua antiga morada e expulsassem os animais daninhos. O garoto então seria entregue a um juiz responsável pelos órfãos da região.

Porém, eis que surge a opção de mandar Agapiito para uma escola que havia acabado de ser inaugurada nas redondezas. O “bondoso casal”, então, deposita na escola suas últimas esperanças de corrigir o “negrinho” e salvar seu sítio. Depois de muita resistência, e muita paciência da professora, o garoto começa a se interessar pelas atividades escolares.

Como se pode observar, o autor atribuiu um papel fundamental à escola, instituição capaz de “corrigir os maus espíritos”. A educação seria responsável não apenas por transmitir conhecimentos, mas principalmente por inculcar hábitos, valores e costumes considerados adequados.

Por fim, como no caso da água em pedra, a brandura é que venceu. Agapiito principiou a querer bem aos velhinhos que o criavam. Ficou-lhes obediente, dócil e delicado. Mas não ficou assim só para com eles. Principiou a ser bom para todos, e, a pouco e pouco, tornara-se estimado de toda gente – homens e mulheres; velhos, moços e crianças. (ANDRADE, 1922, p. 40)

O garoto, que, no início da história, era caracterizado como “demônio e sem vergonha”, depois de ter passado pela escola foi transformado em “(...) um moço forte e bonito, negro de pelle e branco de coração.” (ANDRADE, 1922, p. 56).

Após a mudança de comportamento de Agapiito, o reino de El-Rei Dom Sapo se sentiu seguro para retornar à sua morada anterior, expulsando com veemência todos os animais ruins. Desta maneira, a educação é concebida como “milagrosa”, uma vez que, graças à persistência da professora, foi possível mudar a índole do garoto, que passou a tratar bem os animais salvando o sítio de seus pais adotivos.

2.1.3 D. Içá Rainha

Por pertencer à mesma coleção que o livro antecedente, as características da capa e contra-capas são as mesmas; bem como as imagens em seu interior. Uma diferença é que este volume não possui data impressa, porém está identificado ser a quarta de oito edições.

O conteúdo também se aproxima da obra analisada anteriormente, possuindo um animal como soberano. Na história anterior, possuíamos um sapo como rei, e

nesta uma içá como rainha. A diferença é que El-Rei Dom Sapo era amigo do Homem enquanto D. Içá Rainha é caracterizada como uma a mais perversa inimiga declarada da espécie humana. “– Temos uma excelente rainha em Vossa Magestade. Quem governa saúvas é também nosso governo, porque, com franqueza, as saúvas são, dentre os inimigos do lavrador, as mais astuciosas, as mais fortes, as mais terríveis”. (ANDRADE, s./d., p. 22).

Desta maneira, o autor retoma como temática principal a construção de valores humanos pelo recurso ao exemplo dos animais, com ênfase no cenário rural; por meio da distinção entre “bons e maus” animais.

A história apresenta uma guerra violenta entre os maus animais comandados por D. Içá Rainha e os bons animais comandados por Sr. Papavento, um camaleão. A história prossegue apresentando as estratégias dos dois governantes para atingir seus respectivos objetivos, atacar ou proteger o homem. Ao final, os bons animais vencem a batalha e o reino de D. Içá é exterminado. Esta, em seu leito de morte, faz um último pedido:

Dona Içá fez um último e supremo esforço e disse: - Filha bondosa! Jura-me que vaes á casa de minha mãe, lá nos sapezaes, e a ensinas, por misericórdia, que nunca se metta em terras onde o Homem protege pássaros e sapos, lagartixas, lavadeiras, mus... Não pode terminar. D. Içá estava morta. (ANDRADE, s./d., p. 22)

A citação demonstra a intenção do autor de ressaltar a importância de se manter um relacionamento harmonioso entre o homem e os “bons animais”, aqueles que exterminariam as pragas e animais daninhos para o pasto e as plantações.

2.1.4. Totó Judeu:

“Totó era um menino infeliz. Quando nasceu, o seu pae, morto num desastre, já se achava enterrado há mais de dois meses. Quando Totó nasceu todo mundo ficou espantado com a sua feiúra. Tinha mais feição de sapo do que de gente”.
(ANDRADE, s./d., p. 3)

Ao contrário das histórias anteriores, esta não possui como objeto principal a relação entre homens e animais no campo. Porém, assim como em *El-Rei Dom Sapo*, essa história também possui como um dos personagens centrais um garoto enjeitado. Totó Judeu conta a trajetória de um órfão considerado muito feio e deformado, capaz de causar asco nas pessoas. Esse personagem teria sido adotado por uma velha “rabugenta” que visava explorar seu trabalho e sua aparência monstruosa. Desta maneira, a vida de Totó era apenas de infelicidade, uma vez que à luz do dia todos ridicularizavam de seu aspecto físico e ele não conhecia o amor maternal.

Cansado das zombarias, uma noite Totó decide reagir às agressões verbais; daí em diante torna-se um estorvo para a cidade, uma vez que responde com violência todas as vezes que zombam dele. Por esta atitude agressiva, ele teria recebido o apelido de “Judeu”, adjetivo considerado pejorativo na época: “A má fama de Totó cresceu na cidade. Deram-lhe o apelido de judeu. Foi assim que o infeliz e feio Totó se transformou em Totó Judeu.” (ANDRADE, s./d., p. 22).

Diante de tantas acusações contra o garoto, decidiram prendê-lo; e este, com medo da polícia e cansado dos maus tratos de sua “madrinha” e das zombarias dos moradores da cidade, resolve fugir e começar uma nova vida.

Pelo pensamento de Totó passavam mil planos. Iria para o campo morar entre as plantas e os animais. Afundaria no sertão, entre matas virgens sem fim. Antes possuir como tecto a copa das árvores e como lar o oco de um pau e ser livre do que morar sob um telhado de boa casa e ser escravo. A cidade era uma grande jaula onde elle vivia exposto feito mico. A casa de nhá Bárbara era uma gaiola onde ele vivia feito um papagaio de pé amarrado. A fuga da cidade e a saída da casa da velha eram para elle, enfim, a liberdade! Que ventura infinita! Aquella reviravolta em sua vida era uma benção que do céu a sua mãe lhe mandava. (ANDRADE, s./d., p. 30 -31)

Ao fugir da cidade, Totó passa a viver em florestas ainda não habitadas e, com a ajuda de um senhor também fugitivo, aprende a sobreviver longe da civilização. Após a morte deste senhor, Totó, já adulto, passa a viver com os Bugres, uma tribo indígena da região, tornando-se líder deste grupo. Junto com os Bugres, Totó finalmente encontra a felicidade, representada pelo casamento com uma “formosa” esposa, a vinda de um primogênito e a relação harmoniosa com a natureza.

Porém na segunda metade do livro, outros personagens ganham destaque, como o General Rondon e o grupo de expedicionários que comandava. Estes novos personagens são caracterizados como “exploradores” do rico sertão brasileiro, responsáveis por buscar tesouros ainda desconhecidos da natureza brasileira e levar a “civilização” a lugares distantes.

Caracterizados como “corajosos e desbravadores”, este grupo:

Compunha-se de geographos, naturalistas, geólogos, astrônomos, engenheiros, cartographos, medico, pharmaceuticos, enfermeiros, militares, um sacerdote, photografo, telegraphista, mechanico, trabalhadores, cozinheiros... Levava instrumentos de toda espécie, armas, munições e abundantes provisões alimentícias. (ANDRADE, s./d., p. 41)

Assim, é ressaltada a coragem destes homens ao realizar “tamanho obra patriótica” de explorar o sertão do Brasil. “- O sertão do Brasil é um thesouro intacto! – É uma maravilha a natureza do Brasil. Eram essas, a cada passo, as exclamações dos naturalistas.” (ANDRADE, s./d., p. 42 -43).

O grande momento da história acontece quando o general e seu grupo encontram a tribo de Totó Judeu, agora chamado de *Pindobussú*. Porém, apesar dos maus-tratos que havia sofrido de muitos dos homens que agora pertenciam àquela expedição, Totó os recebe cordialmente e ainda ajuda o grupo mostrando a riqueza daquela terra, como árvores valiosas, frutos raros e até pedras preciosas como diamantes.

A história termina com o reconhecimento por parte da nação da contribuição de Totó Judeu. A história dele teria sido registrada pelo escrivão da expedição e divulgada em jornais por todo o país.

O general, estendendo a mão ao cacique, exclamou, com entusiasmo: És um grande patriota! És um benfeitor da humanidade! Dás ao Brasil uma riqueza e aos homens allivio de tantas dores. Em nome do povo brasileiro eu te agradeço. Em nome da sciencia eu te saúdo. Serás querido e abençoado. (ANDRADE, s./d., p. 55)

Assim, o enjeitado Totó, que tanto sofrera em sua infância, agora era um cacique respeitado por todo o povo brasileiro. Em reconhecimento aos favores do líder dos Bugres, General Rondon propôs que fosse aberta uma estrada “(...) facilitando o contacto com aquella boa gente, levando-lhe os confortos da civilização e aproveitando em beneficio da terra pátria aquelles vigorosos braços de seus legítimos filhos”. (ANDRADE, s./d., p. 54).

Desta maneira, este livro, assim como o primeiro, narra a história de um garoto enjeitado e infeliz, mas que reage tornando-se o “herói”. Todavia, a história

de Totó Judeu ultrapassa estes aspectos, apresentando a história das expedições de exploração ao sertão brasileiro e ressaltando o patriotismo.

Quanto aos aspectos materiais, Totó Judeu obedece ao mesmo padrão das obras anteriores, com o mesmo aspecto na capa, contracapa, e imagens. Assim como D. Içá Rainha, não apresenta o ano nem a edição, porém encontra-se o número 1927 escrito a lápis na contracapa, sendo uma possível indicação do ano de sua publicação, embora não possamos afirmar a veracidade desta informação.

2.2 Vida Hygiênica, de prof. Pedro Deodato de Moraes

Em uma ficha de catalogação afixada na contracapa do livro Vida Hygiênica, encontramos algumas informações como o ano, a edição, o autor e o ilustrador. Catalogada com o ano de 1947, esta seria a oitava edição com tiragem de cinco mil exemplares, classificada como para o “curso primário”. Essa última informação, associada às informações impressas na capa – *Uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde – Registro Nº 889-*, sugerem sua utilização no meio escolar. Essa informação também sugere um controle por parte do Estado dos livros que circulariam na escola. Sobre este aspecto, Alexandra Pinheiro e Kênia Hilda Moreira afirmam:

Tais informações nos remetem à fiscalização desses materiais pelos órgãos públicos, no intuito de garantir o controle do texto escrito. O Estado liberal brasileiro temia os perigos do texto escrito, especialmente daqueles que, tendenciosamente, estariam ao alcance de um número considerável de jovens e crianças, conforme Moreira (2006). E nos remete também à necessidade do mercado editorial de atestar na capa a aprovação dos referidos livros, como mais uma estratégia para garantir sua comercialização. (MOREIRA, PINHEIRO, 2010, p. 5)

As “informações” a que as autoras se referem são encontradas no livro de Deodato de Moraes. As autoras relatam que as frases - *Approvada pelo Governo e adoptada pela directoria Geral da Instrucção Publica para as Escolas e Grupos Escolares do Estado de São Paulo* -, ou ainda; - *Uso autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura* - eram muito recorrentes nos livros escolares do período, indicando uma estratégia editorial e a suposta fiscalização do Estado sobre os materiais que circulariam nas escolas públicas.

Quanto ao autor, Simões e Berto afirmam que o professor Pedro Deodato de Moraes possuiu notável “envolvimento com a reforma da instrução pública promovida por Attilio Vivacqua no Espírito Santo entre 1928 e 1930, dentro dos princípios da escola activa”. (SIMÕES; BERTO, 2013, p. 4).

Já Carmen Lucia Montechi Valladares Oliveira, afirma que o autor de *Vida Hygiênica* teria sido professor de pedagogia e psicologia experimental da Escola Normal de São Paulo e, em 1927, “tornou-se membro do Conselho Diretor da ABE e, durante a administração Fernando de Azevedo, inspetor escolar.” (OLIVEIRA, 2002, p. 143).

A partir das contribuições das autoras acima, destacamos a atuação do autor no movimento da Escola Nova, porém essa informação deve se investigada mais profundamente. Independente de suas relações com o escolanovismo, fica evidente no título selecionado que este autor possui uma preocupação com a divulgação de conhecimentos de higiene para o público escolar. Como o próprio subtítulo de algumas edições sugere, o livro *Vida Hygienica* consiste em uma “História, em figuras, de duas crianças que nunca ficam doentes”. (DEODATO DE MORAES, 1947, n.p). A história narra o cotidiano de duas crianças, Lúcia e Carlos. A partir da narrativa destes dois personagens, são divulgados conselhos de asseios e higiene,

como, por exemplo: “Não uses chapéus, nem pentes nem escovas dos outros. Não coces a cabeça com as unhas – isso não é bonito, nem aseado.” (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 6)

A disposição das imagens e do texto também merece destaque. Praticamente todas as páginas possuem uma ilustração ao topo e uma frase resumida com conselhos sobre comportamentos saudáveis seguidas do corpo do texto. No prefácio da primeira edição, datada de 1925, o autor justifica essa escolha:

Nosso intuito, ao fazer o presente livrinho, não foi ensinar a higiene, com preceitos, regras e conselhos (o que parecerá à primeira vista), mas de gravar no cérebro infantil uma série de imagens, por sua natureza simples e convincentes, capazes de provocar as ações sugeridas. (...) Os conselhos dados visam apenas orientar e facilitar o trabalho do professor. O valor do livro está, pois, na seriação das imagens e não na distribuição dos preceitos. Procure o mestre sugerir em seus discípulos a vida higiênica pelas estampas e só se valer dos conselhos para consubstanciar o ensinado. (DEODATO DE MORAES, 1925, n,p.)

A partir das indicações do próprio autor, fica evidente o destaque para as imagens em relação ao texto. No prefácio citado acima, além de recomendações para os professores, o autor afirma que as imagens selecionadas teriam a função de transformar atos conscientes em inconscientes pelo hábito, ressaltando a importância das figuras, como os exemplos a baixo:





Lúcia só bebe água filtrada ou fervida,
evitando assim muitas moléstias.



Devemos aprender a respirar:
bem respirar é bem viver!

Seguido da imagem, o corpo do texto explica a importância da respiração para a saúde do corpo e ainda aconselha:

Nunca respire pela boca. Deve-se respirar sempre pelo nariz, porque nele o ar se aquece ligeiramente; também os pêlos existentes nas fossas nasais retêm certas poeiras prejudiciais. Habitua-te a respirar larga e profundamente: faze como Lúcia, exercícios respiratórios cada manhã e evitará muitas moléstias. (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 12)

Todo o livro segue esse modelo. Com as ilustrações em destaque seguidas de conselhos em tom imperativo, o autor utiliza os personagens como exemplos de hábitos de asseio e higiene. É importante ressaltar que as recomendações em *Vida Higiênica* ultrapassam hábitos de asseio pessoal, incorporando comportamentos considerados “educados” e “civilizados”, modos de se portar à mesa, respeito aos pais e aos mestres, e o controle do corpo de uma maneira geral:

Sê limpo e ama a higiene no corpo; mas não te esqueças também da limpeza e higiene do espírito, que é a dignidade, a delicadeza, a bondade. Ela é necessária a saúde também. (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 24)

Sê calmo, refletido, prudente. Reflete na consequência de teus atos. “Cuidado” uma advertência que deves ouvir a cada instante: ao atravessar uma rua, ao subir ou descer uma escada, ao sair ou entrar numa Igreja ou num teatro. (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 25)

As citações selecionadas demonstram o entendimento do autor de que a higiene, mais do que prevenir moléstias, tinha a função de moldar comportamentos. O autor associa a saúde com a felicidade. “As crianças tristes e aborrecidas são crianças doentes. Segue os conselhos de higiene e terás saúde. Procuras a saúde e serás alegre e útil, a ti e aos teus!”. (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 27).

Outro aspecto que ressalta a amplitude do conceito de higiene são as noções de patriotismo tratadas em suas articulações com as noções de higiene. No final do

livro, Deodato de Moraes ressalta a importância do trabalho tanto para a manutenção da saúde quanto para o desenvolvimento do país. Ele alerta que as crianças devem ser úteis a Deus, à pátria e à Família.

Ainda insere as imagens da bandeira e do mapa do país e, desta maneira, encerra seu livro com um apelo aos jovens para que cuidem da sua saúde pelo bem do país:

O Brasil unido, sadio e forte é a suprema aspiração da nossa juventude. Alimenta-te bem, dorme bem, vive sempre alegre! O Brasil necessita que cresças forte, com muita saúde! Trabalhar para ser são e forte é ser bom brasileiro; é construir uma pátria engrandecida pela saúde de seus filhos. Criança! Lembra-te de que és um pedacinho do grande povo brasileiro! Faze tudo ao teu alcance para que o Brasil esteja sempre unido. O Brasil deve ser um só em todos os recantos de nossa terra; e, um só, agora e sempre! (DEODATO DE MORAES, 1947, p. 30-31)

Assim como Thales de Andrade, Deodato de Moraes também atribui um destaque a comportamentos morais e cívicos; fato que será analisado posteriormente.

2.3 João Pergunta, de Newton Craveiro

Assim como a obra de Deodato de Moraes, o livro “João Pergunta” também apresenta uma ficha de catalogação indicando as informações centrais do livro. A primeira edição foi escrita em 1923, porém o volume ao qual tivemos acesso seria a décima terceira edição, publicada em 1939. Com tiragem de dez mil exemplares, também possui a indicação para o “curso primário”. A utilização no meio escolar é confirmada em uma página que precede o prefácio com o inscrito - *Adotado oficialmente nas escolas do Ceará.*

Ao que indica esta ficha, o ilustrador seria F. Richter, o mesmo de *Vida Hygiênica*. Quanto ao autor, Newton Craveiro, teria sido um educador e escritor considerado um dos precursores do movimento escolanovista do Ceará, atuando conjuntamente com Lourenço Filho.

Bianca Nascimento de Freitas, em seu artigo sobre a representação da infância no livro *João Pergunta*, destaca que além de educador, o autor desta obra também teria atuado como jornalista:

O autor do livro era Newton Craveiro, nascido em maio de 1893 no município de Sobral no Estado do Ceará onde apresentou grande atuação, sobretudo nos jornais locais, ora assumindo o papel de jornalista, ora escrevendo textos relacionados aos campos da cultura e educação e ocupando também os cargos de redator chefe nos jornais *A Ordem* e *O Nortista*, ambos em Sobral. (FREITAS, 2014, p.5)

A autora ainda ressalta que Craveiro teria assumido a função de delegado de ensino do município de Sobral, destacando seu envolvimento no movimento da Escola nova:

Nesse posto, Craveiro tinha sob sua responsabilidade a fiscalização do ensino nas escolas primárias da área delimitada. Durante a realização da Reforma Educacional no Ceará, Newton Craveiro desempenhou um papel de destaque ao lado de Lourenço Filho, sobretudo nas discussões referentes à finalidade da educação. (FREITAS, 2014, p.5-6)

A partir das contribuições de Freitas, é possível considerar que Newton Craveiro possuía importante influência no âmbito educacional. A relação com Lourenço Filho, editor da obra, fica evidente no prefácio da edição publicada após a morte do autor. O editor presta uma homenagem ao autor com as seguintes palavras:

Pobre amigo, deixou de ter em sua existência atribulada, cheia de dôres, e não sem erros, talvez – mas muitas vezes servindo aos mais nobres anseios, - a consolação, digna de seu espírito, que seria a de ver êste livro impresso nos moldes dos melhores do país e espalhado pelas escolas de todo o Nordeste... Não é sem profundo pesar que lhe evocamos a figura e lhe depomos uma saudade, no túmulo esquecido, que bem pudera ter por inscrição a mesma do pedagogo de Zurich: “Êste nunca quis ser outra coisa senão um perfeito mestre-escola”. (LOURENÇO FILHO, 1928, n.p)

A partir das palavras do editor no prefácio, percebe-se a íntima relação que possuía com o autor, querendo conceder ao amigo o que julgava ser - *a consolação digna de seu espírito* - e promover a publicação e distribuição de seu livro pelas escolas do Nordeste. Todavia, além das relações pessoais que justificariam a reedição desta obra, um parágrafo na contracapa indica que Lourenço Filho corroborava com as intenções do autor, considerando fundamental que o livro *João Pergunta* estivesse presente nas escolas nordestinas. O editor abre o livro de Newton Craveiro com a seguinte afirmação:

Sem o complemento da escola, que dê ao sertanejo rude uma certa disciplina de espírito que êle não tem, e os conhecimentos rudimentares da moderna técnica agrícola, das ciências físico-naturais e da higiene, as grandes obras do Nordeste no estado que hão de ficar por muitos anos, não corresponderão à expectativa natural de condição de fomento da riqueza do país. (LOURENÇO FILHO, 1939, n.p)

A partir desta perspectiva, a obra de Newton Craveiro era direcionada aos alunos do Nordeste brasileiro, com a intenção de ensiná-los a conviver e fazer prosperar o “meio” ao qual pertenciam. Por meio do personagem João, um garoto curioso que questiona tudo ao seu redor, e das respostas da professora D. Luiza, o livro apresenta quarenta e uma lições a respeito da história, da geografia, da geologia, dos animais e da botânica do Nordeste brasileiro. No interior das histórias sobre o Nordeste, são incluídas noções de higiene, comportamento e patriotismo. Entretanto, a principal intenção deste manual destinado às crianças e professores, é

produzir um material adaptado e específico capaz de ensinar o povo nordestino a lidar com seu ambiente, contribuindo para o progresso do país.

Ainda no prefácio da obra, escrito em 1928, Lourenço Filho acrescenta:

Ao sermos chamado a colaborar, em 1922, na reforma do ensino do Estado do Ceará, tivemos, como das principais preocupações de todo trabalho, a intenção de adaptar os programas das escolas públicas às necessidades especialíssimas da vida da região. Até então, no plano de ensino das escolas públicas cearenses, não se falava na “seca” e nos meios de minorar os desastrosos efeitos. (...) Cremos que o maior dever da escola do Nordeste deve ser, justamente, o de dar desde muito cedo, ao menino que a frequenta, a compreensão do “meio” físico em que vive, armando-o para melhor adaptar-se a ele, nele defender sua vida e prosperar. (LOURENÇO FILHO, 1928, n.p)

Desta maneira, o livro, por meio da narrativa das aventuras do garoto João, tece lições sobre as características físicas do Nordeste e as maneiras de lidar com elas. Freitas ressalta que a intenção do autor era preparar as crianças para, desde pequenas, conviverem com a seca, aprendendo maneiras de reverter este quadro em prol do desenvolvimento do Estado e do país: “A escola primária nordestina não poderia tornar o Nordeste uma terra distante de suas crianças, pois era preciso instruí-las e educá-las para desenvolvê-lo.” (FREITAS, 2014, p.8).

Um exemplo disto é o capítulo em que João Pergunta, acompanhado de seus amigos Chico Pão e Zé Pretinho, constroem pequenas barragens para estocar água da chuva que poderia ser usada futuramente em ocasião de seca. Através do lúdico, as aventuras de João oportunizam explicações sobre a importância dos açudes para a região.

João Pergunta foi chamar o pai para ver o açudezinho.
- Muito bem! Disse o Sr. Leocádio, olhando o serviço das creanças.
João, você é um grande engenheiro!
- É para não haver sêca, explicou João pergunta.
- Disse bem, meu filho. Se não fizerem barragens para reter as águas das chuva, cedo elas irão ter ao mar. Vocês agora fazem barragens de menino, mas para o futuro terão de construir barragens

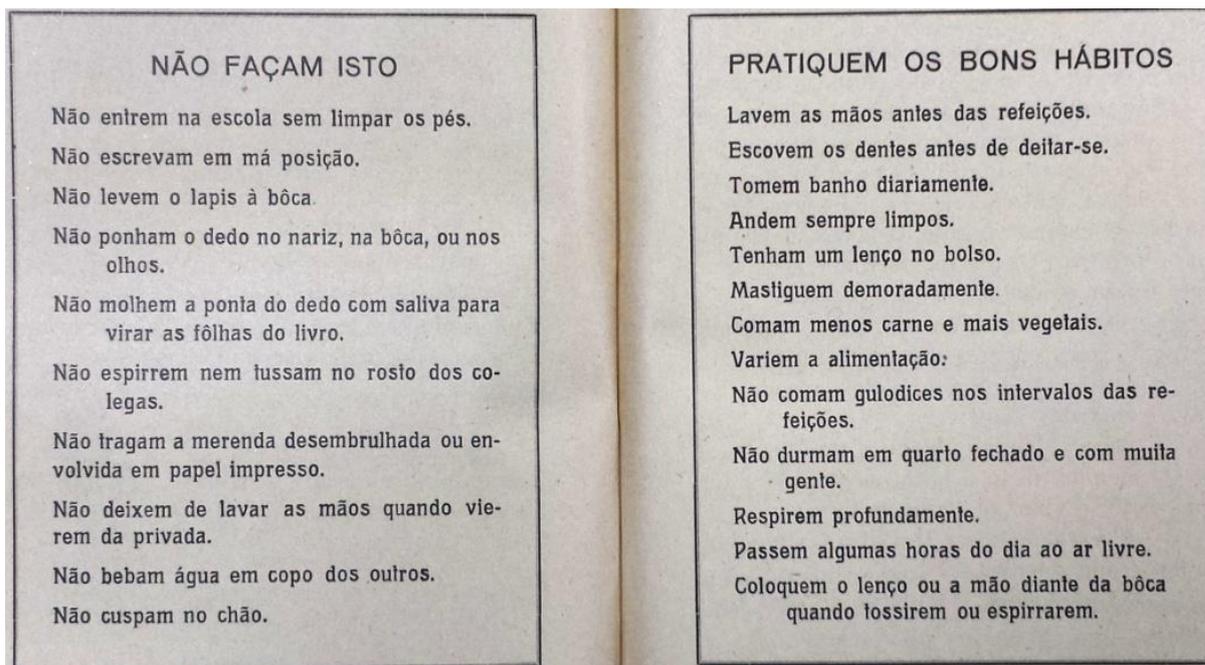
de homem. Na nossa terra é assim: quando meninos, tapamos valas; quando homens, barramos rios. É pela açudagem que havemos de vencer a sêca! (CRAVEIRO, 1939, p. 70)

No decorrer da narrativa, inúmeros são os exemplos como esse. Em um capítulo João faz uma viagem de trem percorrendo o interior do Nordeste e observando seu cenário rural, com ênfase na diversidade de sua fauna e flora e do trabalho na lavoura e no pastoreio.

A história prossegue dividindo espaço com ilustrações, fotos e mapas da região; uma diversidade de imagens que visa, junto com a narrativa, apresentar as riquezas do sertão nordestino bem com as dificuldades que esta região apresenta.

Devido à estrutura do livro, não cabe aqui descrever toda a narrativa como fizemos com os livros de Thales de Andrade; assim, sintetizamos que a história de João Pergunta é um incentivo ao trabalho e ao desenvolvimento da região nordestina. Porém, além dos exemplos de como lidar com a terra especificamente, também são introduzidos na narrativa exemplos de comportamentos civilizatórios e de higiene.

Destacamos o capítulo que narra a trajetória de Dr. Viana, chefe do Posto de Profilaxia Rural e responsável pela realização do serviço de inspeção médica do Grupo Escolar. O médico explica às crianças a importância da vacinação, além de ensinar como evitar as moléstias da região. O capítulo é ilustrado com figuras dos parasitas acompanhadas dos seus nomes científicos, além de quadros em tom imperativo com conselhos de asseio e higiene, como se pode ver na imagem a seguir:



Assim, destacamos como Newton Craveiro apresenta diversos conteúdos afim de atingir seu objetivo principal: preparar o aluno para lidar com o meio e contribuir com o fomento da nação. Os conteúdos relacionados ao ensino de higiene são apresentados em conjunto com a narrativa sobre as especificidades nordestinas. Freitas afirma que, na primeira edição, Craveiro relata que “a função da escola primária nordestina era a preparação para a luta pela vida, pela sobrevivência: Ler, escrever e contar serão os meios: a lavoura será o fim.” (CRAVEIRO, 1923, p.19 apud FREITAS, 2014, p.10)

Considerando a educação o meio e a lavoura o fim, ressalta-se a ênfase no trabalho:

João Pergunta se trata, assim, de uma obra que, em linguagem destinada as crianças, visava a construção da educação sob a égide do trabalho, através de lições que contemplassem a realidade do educando, tendo como norteamento a categoria central do espaço: o Nordeste brasileiro ou o “Brasil Sêcco”. Escrita ainda no início da década de 1920 mostrava as preocupações do estado em transformar a escola espaço do progresso por excelência e a educação, em instrumento de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, o livro de Craveiro condensava as principais características da pedagogia moderna, ao mesmo tempo em que a concepção de Nordeste e do nordestino, fortemente marcadas pelo

pensamento resultante da escrita de autores como Euclides da Cunha, produzia representações de sujeitos inclinados ao trabalho, tomando-o mais do que enquanto fonte de riqueza, como meio necessário de sobrevivência. (FREITAS, 2014, p.12)

Desta maneira, este livro, com linguagem adaptada para crianças, possuía um objetivo maior de preparar a juventude para a vida adulta, para o desenvolvimento e o progresso do país que se acreditava poder ser atingido por meio do trabalho. Craveiro demonstra sua crença na necessidade de sujeitos educados, civilizados, fortes, com boa saúde e disposição para o trabalho, para que, assim, o Nordeste atingisse o padrão dos outros estados brasileiros. Neste sentido, a defesa do autor atinge um compromisso patriótico, digno do reconhecimento de Lourenço Filho:

Creemos de nosso dever deixar aqui consignado o patriótico acolhimento que a este livro deu a Comp. Melhoramentos de São Paulo, cujos benefícios à causa do ensino brasileiro representam já uma tradição. (...) Que os governos e professores dessa grande região brasileira lhe dêem agora o acolhimento, que merece, é o nosso sincero desejo. (LOURENÇO FILHO, 1928, n.p)

Assim como os livros descritos anteriormente, destacamos a importância que os autores, e também o editor, atribuía à educação como meio de fazer progredir a pátria. “(...) era compromisso dos intelectuais da causa educacional tornar as escolas o lugar do progresso por excelência.” (FREITAS, 2014, p.9). Newton Craveiro assumia essa posição e esperava que seu livro pudesse contribuir para o fomento do Nordeste e do país.

2.4 Oitocentas léguas a pé, de A. B. Nepomuceno

A primeira edição de *Oitocentas léguas a pé* foi publicada em 1926 com tiragem de cinco mil exemplares. Diferente dos demais livros, a classificação

indicada não é para o “curso primário” e sim para a “adolescência”. Outra característica que distingue esta obra das outras indicadas por Lourenço Filho diz respeito às imagens. Enquanto a maioria possui ilustrações com temática infantil, todas as imagens de *Oitocentas Leguas a Pé* são fotografias.

Um fato que merece destaque é que esta obra está inserida em outra coleção, denominada *Bibliotheca da Adolescência*. O livro aqui analisado pertenceria à Série I dessa coleção, denominada “Viagens e Aventuras”. Tal Série era composta de três títulos: o livro I – *O Braseiro dos Trópicos*; o livro II – *O Filho do Gaúcho*; e o livro três – *Oitocentas Leguas a Pé*.

Não encontramos informações dos outros títulos que compunham esta coleção, nem das outras séries. Mas é importante ressaltar que o editor desloca este volume de seu contexto original e sugere que seja utilizado, em conjunto com os outros livros destinados ao ensino primário.

Poucas informações foram encontradas a respeito do autor, apenas seu envolvimento com o escotismo no Ceará. Artur Batista Nepomuceno, acompanhado de Manoel Bastos de Oliveira e José Limaverde, e mais dois rapazes teriam saído de Fortaleza no dia dois de dezembro de 1923 para uma expedição a pé rumo a São Paulo, onde os três primeiros teriam chegado no dia 28 de novembro de 1924, tendo percorrido as oitocentas léguas a pé – que dá título à obra. A expedição pode ser acompanhada por meio das fotografias que ilustram o livro, com as paisagens dos lugares visitados. Os escoteiros teriam atravessado o Ceará, passando pela Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, até concluírem o destino planejado e chegarem a São Paulo. O roteiro percorrido foi sistematizado em um quadro no fim do livro:

DEMONSTRAÇÃO DA MARCHA DOS ESCOTEIROS CEARENSES

— NO —

« RAID FORTALEZA - S. PAULO »

(2-12-1923) — (28-11-1924)

Estados	Tempo em Marcha	Passos	Leguas
Ceará	21 dias	792.473	95
Parahyba . . .	9 „	316.465	37
Pernambuco . .	9 „	328.111	39
Alagoas	12 „	336.523	40
Sergipe	13 „	450.139	54
Bahia	44 „	1.767.998	213
Minas Geraes .	58 „	2.253.512	270
Rio de Janeiro .	3 „ 8 h. 38 m.	196.162	59
Rio de Janeiro .	6 „ 2 „ 36 „	297.329	—
Districto Federal .	2 „ 11 „	29.119	—
Districto Federal	2 „ 15 „	18.135	5
São Paulo . . .	8 „ 1 „ 44 „	421.368	50
Totales :	183 dias 17 h. 24 m.	7.207.335	864

TOTAL EM KILOMETROS : 5.184

O livro seria, nesse sentido, a narrativa, um tanto romanceada, da aventura de Nepomuceno e seus amigos escoteiros:

Oitocentas léguas, a pé, pelo interior do Brasil! É preciso tel-as palmilhado, sob um céu de fogo, rasgando os pés nas pedras e nos espinhos, com sede e com fome, muitas vezes, para se ter a idéia exacta de tão grande esforço. Basta um lance de olhos pelo mappa, para se aquilatar, porém, embora de longe, o que foi essa temerosa empresa. Cinco moços sem auxílios officiaes, sem aparelhamento mesmo, para tão longa jornada, transpõem grande parte desta distância, e três delles chegam, afinal, á desejada méta, depois de 183 dias de caminhada! O que observaram e o que soffreram, as maravilhas que viram, as deliciosas emoções da vida ao ar livre, como as angustias da fome e as incertezas do perigo, da morte muitas vezes, vista face a face, - de tudo pretendemos aqui discorrer singelamente, para que se conheça melhor a fibra do caboclo do Nordeste, a sua energia e resistência, como as imensas riquezas e pujanças do Brasil que ainda desconhecemos. (NEPOMUCENO, 1926, p. 5)

O autor inicia o primeiro capítulo do seu livro com essa citação e a promessa de contar uma história de aventura que, ao mesmo tempo em que comprova a “fibra

do caboclo do Nordeste”, também possui a intenção de fazer o reconhecimento de áreas pouco exploradas, apresentando as “riquezas e pujanças” ainda desconhecidas. Para tanto, o autor primeiramente retoma a história do escotismo no Ceará, apresentando suas origens e seus idealizadores. Posteriormente, descreve o início da jornada e os primeiros desafios encontrados pelo grupo aventureiro. Prossegue a história narrando as aventuras em cada estado que passam, destacando as dificuldades encontradas, como a fome, o frio e os perigos enfrentados, como as “horas de angústia” ao atravessar a região do Cangaço habitada por Lampião e seus perseguidores:

Ao penetrar na cidade, fomos recebidos por grupo de homens armados de rifle em punho, que nos aguardavam como terríveis inimigos... Ainda mal refeitos da surpresa, pois quasi fomos victimados por esta extranha guarda, soubemos então que não fomos recebidos a tiro só porque trazíamos desfraldado ao vento o “Pavilhão Nacional”. Si não fora isso, teríamos sido trucidados, sem remédio! A razão é que o Triunpho estava á espera da visita do temeroso bandido “Lampeão” e de seus temíveis companheiros...
*** Somente no dia imediato, foi que pudemos admirar o perigo extraordinário, a situação incrível, que innocentemente enfrentámos. Só o milagre da Bandeira Nacional, que então beijámos reverentes, nos pudera salvar. (NEPOMUCENO, 1926, p. 38)

Nesta obra a questão do patriotismo também sobressai no discurso do autor. A reverência à Bandeira Nacional como instrumento quase sagrado, capaz de salvar o grupo de escoteiros de ser confundido com o “*temeroso bandido Lampeão*”, indica uma possível associação entre os autores dos livros infanto-juvenis e o discurso oficial do governo na época. Estas hipóteses devem ser melhores investigadas, não cabendo neste momento de análise descritiva.

Outro questionamento que emerge desta obra é a opção do editor em deslocá-la de seu contexto original e sugerir sua utilização em outras situações que não as previstas pelo autor. Cabe investigar os motivos que levaram o editor a sugerir que uma obra destinada aos adolescentes seja utilizada no curso primário.

Uma das possíveis explicações aparece no primeiro capítulo em que o autor, ao escrever sobre a origem do escotismo no Nordeste, indica suas possíveis relações pessoais com o editor; afirmando que Lourenço Filho foi o presidente do primeiro núcleo de escoteiros do Ceará.

É recente na “Terra da Luz” a instituição do escotismo. Pode-se dizer mesmo que ella não era conhecida antes da reforma do ensino, levada a efeito no governo do saudoso Dr. Justiniano de Serpa, em 1922-1923. O primeiro núcleo de escoteiros foi fundado em 1922 e teve por título “Associação Estadual dos Escoteiros Cearenses”, filiado á “Associação Brasileira do Escotismo”, com sede em S. Paulo. (NEPOMUCENO, 1926, p. 6)

O autor apresenta, em seguida, uma lista de nomes que compunham a diretoria da *Associação Estadual dos Escoteiros Cearenses*, figurando Lourenço Filho (editor da obra) como presidente desse núcleo de escotismo. Ao narrar as origens do escotismo no Ceará, Nepomuceno expõe a relação que esta atividade tinha com a “reforma do ensino”. Lourenço Filho, na época referida pelo autor, assume o cargo de diretor da Instrução Pública e leciona na Escola Normal de Fortaleza, capital do Ceará. Nesse cargo, ele empreende uma série de reformas do ensino, no âmbito das quais se previa, de acordo com Nepomuceno, o desenvolvimento do escotismo.

É possível levantar, assim, a hipótese de essa obra estar inserida em um conjunto de outras, que assumem um caráter tão distinto, em função das relações pessoais do editor. Parece possível pensar que, apesar de as obras selecionadas por Lourenço Filho apresentarem narrativas e gêneros diferentes, todas possuem um núcleo comum: o patriotismo. *Oitocentas Leguas a Pé*, além de demonstrar a *coragem do caboclo*, também cumpre a função de exaltar as riquezas naturais do país. Por meio das fotografias e narrativas selecionadas pelo autor, o livro possui a

finalidade de exaltar a exuberância de terras inexploradas, cumprindo sua função de estimular as iniciativas voltadas para o progresso e desenvolvimento do Brasil.

2.5 Geografia da Criança, de Renato Jardim

O volume analisado da obra de autoria de Renato Jardim pertence à oitava edição de uma tiragem de dez mil exemplares, publicadas em 1938. O autor nasceu em 1867 no Rio de Janeiro e faleceu em 1951 na cidade de São Paulo, onde passou grande parte de sua vida.

Assim como o livro de Artur Batista Nepomuceno, *Geografia da Criança* também possui diversas fotografias alternadas com mapas; porém essas vêm acompanhadas de ilustrações que, de acordo com a ficha de catalogação encontrada na capa do livro, também são de autoria de F. Richter, como a maioria das obras da Editora Melhoramentos de São Paulo.

Com a presença de um número significativo de fotografias, em comparação com o volume de ilustrações, e escrito em um discurso mais direto, sem alusões a temáticas propriamente infantis, este livro é destinado ao curso primário. Entretanto, o autor ressalta o caráter científico da obra, ele enfatiza que o ensino de geografia, temática central de sua obra, deve ser encarado a partir de seus objetos e métodos e de uma perspectiva da cientificidade em detrimento da “descrição literária”:

Já é tempo que ao nosso ensino geográfico elementar se imprima orientação mais consentânea com o moderno conceito de geografia, encarada quanto ao seu objeto e quanto aos seus métodos. Já há muito terminou a lenta evolução mediante qual de “descrição (literária) da superfície da terra”, passou a geografia a constituir, “descrição” também, ordenada sob diferente critério, - mas sobretudo, explicação científica dos fenômenos dados à superfície do globo, encarados na sua interdependência de causa e efeito, concepção essa na qual é objeto principal de estudo - centro coordenador de todo êle – o Homem, e, segundo qual, no estudo dos fatos, prima a natureza viva sôbre a natureza morta, e, em que a mera

enumeração se converte em estudo de relações, como fielmente se traduz a sucinta definição: “Ciência das relações da terra e dos homens”. (JARDIM, 1938, n.p)

O livro de Renato Jardim configura-se como uma espécie de “manual” para o ensino da geografia. Marcado por uma preocupação com o discurso científico, esse livro, destinado ao público escolar, apresenta conceitos sobre água; ar; solo; rios e lagos; montes e planícies; vulcões; forma, tamanho posição e orientação do planeta terra; alterações climáticas; cartografia; plantas e animais; formas de governo; meios de transportes; indústria; comércio; entre outros que o autor julga pertinente para o ensino da geografia.

Apresenta, ainda, ao leitor as diversas raças e formas sociais, e introduz conhecimentos relacionados ao clima, relevo, vegetação e posição política e social dos cinco continentes do mundo: “Passamos, assim, um rápido golpe de vista a todo o globo, buscando, quanto possível, resumir sem mutilar.” (JARDIM, 1938, n.p).

Sobre o ensino da geografia do Brasil, o autor apresenta apenas aspectos gerais, sem especificar questões relativas aos estados e regiões específicas. Jardim justifica essa escolha por considerar um “desacerto pedagógico” introduzir o estudo do regionalismo nesse momento inicial da criança na escola, julgando mais adequado “incluir-se em estudo posterior”. O autor, porém, não desconsidera a importância de inculcar o “sentimento regionalista”, ressalta apenas que neste primeiro contato dos alunos com a geografia essa especialização poderia causar embaraço na mente infantil. Ele defende que nesse momento de iniciação seja ensinada uma noção “clara e sólida” da unidade geográfica brasileira e, apenas posteriormente, seja enfatizado o ensino das especificidades de cada região.

Explicitados os conteúdos abordados no livro e a preocupação do autor em apresentá-los a partir de uma perspectiva científica, ressalta-se uma crítica ao que

ele chama de “ciência catálogo”, que se limitaria a descrever os conteúdos e obrigar os alunos a decorá-los. Sobre este processo o autor comenta:

No ensino primário, a essa causa comum do mau aprendizado da matéria, outra se tem juntado: uma noção falsa do processo mental de aquisição de conhecimentos, inspiradora de inidôneos processos didáticos, que, no seu verbalismo e nos seus exercícios de decoração, dão às classes de ensino infantil o aspecto de escola de papagaios. (JARDIM, 1938, n.p)

A “causa comum” do mau aprendizado de geografia, segundo o autor, se refere ao falso conceito que considera a geografia como mera descrição dos fenômenos naturais, sem a preocupação de relacioná-los com a ação humana e de problematizá-los. Este engano conceitual, associado à tendência de exercícios de memorização seria responsável, em sua visão, por um ensino precário da matéria. Renato Jardim é enfático em sua crítica aos processos didáticos tradicionais, ficando evidente seu posicionamento a favor do movimento da Escola Nova, à qual ele se refere como um “auspicioso surto renovador”. (JARDIM, 1938, n.p).

Ainda sobre a crítica aos processos de “memorização” e “deglutição” dos conhecimentos, o autor afirma esperançoso:

Alguma coisa de novo, porém, se passa no país tendente a modificar essa indesejável situação. De um lado, a preocupação, que já se denuncia, embora não generalizada, de se melhorarem os programas oficiais, atenuando-lhes o divórcio em que têm estado com o verdadeiro conceito de geografia; de outro, no que respeita ao ensino primário, o “advento da escola nova”. Nesse movimento remodelador, de que teve a louvável iniciativa o Distrito Federal, a que Minas Gerais se incorporou, com bem orientada reforma, movimento a quem aderem Pernambuco, Espírito Santo e outras unidades da Federação e a que ora S. Paulo se entrega, sob inspiração e direção de alta competência técnica, qual a do Sr. Lourenço Filho; nesse auspicioso surto renovador – que implica a revisão de programas e métodos, - espaço se abrirá de certo para a adoção de livros que, postos ao nível mental da criança, não se destinem a memorização de nomes ou quaisquer formas verbais, à deglutição do nome das coisas, mas sim ao estudo das coisas mesmas. (JARDIM, 1938, n.p.)

A citação, retirada do prefácio de *Geografia da Criança*, sugere o posicionamento do autor em favor das reformas escolanovistas. Renato Jardim, que critica declaradamente os métodos tradicionais de ensino, enxerga no “advento da escola nova” uma possibilidade de mudança do ensino, destacando a adoção de livros adequados a estes novos métodos. Sobre este movimento, o autor destaca a posição de Lourenço Filho como principal nome responsável pelas reformas no estado de São Paulo, ressaltando as possíveis relações pessoais entre os mesmos. Jardim deposita confiança em que Lourenço Filho comandaria as reformas educacionais, abrindo espaço para livros que não se destinassem apenas à memorização de conteúdos, como o autor se propõe a realizar em *Geografia da Criança*.

Destacamos novamente a hipótese de que Lourenço Filho, defensor da Escola Nova, tenha utilizado sua posição de editor da Companhia Melhoramentos de São Paulo para indicar obras que estariam de acordo com os métodos que ele defendia. As afirmações de Renato Jardim aumentam a credibilidade nesta hipótese, considerando que as indicações do editor não eram arbitrárias e, na maioria dos casos, recaíam sobre autores também envolvidos no movimento escolanovista.

Ressaltamos o envolvimento de Renato Jardim em tais reformas educacionais. Marcus Vinicius da Cunha e Tatiane da Silva afirmam que Renato Jardim teria sido um “intelectual que participou ativamente na cena educacional e política brasileira nas primeiras décadas do século XX, tendo sido responsável por iniciativas de reforma educacional e ativo participante nos mais importantes debates sobre a educação ocorridos na época.” (CUNHA; SILVA, 2013, p.78).

Desta maneira, propomos uma breve reconstituição biográfica desse autor, com a intenção de perceber elementos da sua vida e suas relações pessoais que

poderiam justificar seu posicionamento expresso no prefácio do livro aqui analisado.

Além de escritor e defensor do ensino científico da Geografia, Renato Jardim também apresentou um expressivo envolvimento com a política de sua época. Cunha e Silva afirmam que “no início do século XX, em Batatais, na mesma região, ele ocupou o cargo de intendente municipal – correspondente ao de prefeito – atuando na ala dissidente do Partido Republicano Paulista, PRP.” (CUNHA; SILVA, 2013, p.80). Jardim ainda teria sido eleito vereador do município de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

Associado à carreira política, Renato Jardim teve sempre uma preocupação com os assuntos de âmbito educacionais, atuando como um dos primeiros professores de geografia do Ginásio do Estado de Ribeirão Preto que, de acordo com Cunha e Silva, teria sido a “a terceira instituição pública de ensino secundário do estado de São Paulo, precedida somente pelas escolas de São Paulo e de Campinas”. (CUNHA; SILVA, 2013, p.81). Em 1917, foi eleito diretor dessa instituição que possuía lugar de destaque no cenário educacional da época.

Seu desempenho em Ribeirão Preto foi notório a ponto de levá-lo à capital. Em 1922, assumiu o cargo de vice-presidente da Sociedade de Educação de São Paulo, atuando concomitantemente como diretor da Escola Normal da Praça da República. Já em 1926, assumiu a direção da Instrução Pública, sendo sucedido por Fernando de Azevedo, outro expoente do movimento da Escola Nova.

Sua atuação nas esferas político-educacionais o aproximou de personalidades defensoras das reformas educacionais. Jardim, que em 1922 teria assumido o cargo de vice-presidente da Sociedade de Educação, em 1928 é eleito presidente, possuindo como vice ninguém menos que o próprio Lourenço Filho. Fato este que sugere a alternância de poder nos cargos de direção das instituições

públicas de educação no período, além de indicar um corpo de relações que ultrapassam a esfera profissional e atingem as afinidades pessoais e ideológicas.

Fica evidente que o autor do livro aqui analisado pertencia ao círculo de relações do editor, e que os dois possuíam uma concepção educacional semelhante, concordavam sobre qual seria o melhor projeto de educação para a nação. No que concerne ao âmbito educacional, Renato Jardim, assim como Lourenço Filho, era um defensor do movimento da Escola Nova.

Porém, um elemento que nos instiga diz respeito especificamente à posição política desse autor. Enquanto a maioria dos autores indicados por Lourenço Filho parece partilhar de um discurso coerente com o discurso oficial, Renato Jardim se posiciona declaradamente como oposição ao governo de Getúlio Vargas. Cunha e Silva declaram que:

No começo da década de 1930, já inteiramente envolvido com as questões educacionais do país, Renato Jardim posicionou-se fervorosamente contra o governo de Getúlio Vargas, o qual representava, segundo ele, um “atentado à moral e inominável crime” contra a nação, com consequências políticas e sociais imprevisíveis. (JARDIM, 1933a, p. 13, apud, CUNHA; SILVA, 2013, p.83)

Os autores chamam atenção, ainda, para o apoio que Jardim declarava a Washington Luís, principal opositor de Vargas, destacando as relações pessoais entre os mesmos:

Quando tomou posse na presidência da República em 1926, Washington Luís escolheu dois paulistas para cargos de destaque no governo. Para prefeito do Distrito Federal, nomeou Antônio Prado Junior (1880-1955), e para Diretor da Instrução Pública, seu amigo Renato Jardim. (CUNHA; SILVA, 2013, p.82)

Cunha e Silva afirmam existir uma “amizade” entre Washington Luis e Renato Jardim, e sugerem, ainda, um rompimento deste último com Lourenço Filho em

função de discordâncias políticas. Porém, não possuímos elementos suficientes para afirmar a que ponto as discordâncias e os posicionamentos políticos influenciaram a relação entre Renato Jardim e Lourenço Filho.

A análise do livro *Geografia da Criança* sugere uma concordância entre os dois (autor e editor) em relação aos métodos pedagógicos. O prefácio do livro, bem como o restante da obra, não apresenta elementos que indiquem possíveis conflitos políticos. Desta maneira, nos limitamos a indicar o consentimento de ambos em relação ao projeto educacional que consideravam adequado para o país.

Independente das divergências políticas, é evidente que Jardim confia que Lourenço Filho seja capaz de contribuir com o movimento da Escola Nova, uma vez que refere-se ao editor como alguém de “alta competência técnica” para dirigir as reformas educacionais em São Paulo, e ainda deposita a esperança em que ele abra espaço para livros adequados a esta maneira de compreender a aquisição dos conhecimentos. Renato Jardim afirma com clareza seu posicionamento a favor do escolanovismo e contra os métodos que “dão as classes de ensino infantil o aspecto de escola de papagaios”. (JARDIM, 1938, n.p)

Sobre o envolvimento do autor com a Escola Nova, Cunha e Silva afirmam:

No terreno das ideias educacionais, Jardim adotava uma concepção bastante peculiar sobre a Escola Nova, defendendo que o núcleo da renovação educacional encontrava-se não nas metas sociais almejadas, mas nos procedimentos pedagógicos criados e introduzidos nas escolas por diversos pensadores. Para ele, embora a nova pedagogia devesse responder às exigências determinadas pela sociedade moderna que emergia, a essência do escolanovismo residia nos métodos inovadores que visavam favorecer a plena realização das potencialidades dos educandos. A peculiaridade dessa concepção está em não confirmar a dicotomia, tão comum quando se busca uma definição de Escola Nova, entre fatores relativos à sociedade e fatores concernentes ao indivíduo. No entender de Jardim, embora esses dois fatores fossem inseparáveis, a origem e as características primordiais do escolanovismo deviam ser buscadas em conhecimentos derivados de investigações – como as da psicologia – dedicadas a desvendar os mecanismos psicológicos da aprendizagem infantil. Com base no mesmo vínculo indissolúvel entre os dois fatores, Jardim não deixava em segundo plano a necessidade de guiar a educação segundo valores morais, tendo em vista a projeção de uma civilização melhor do que a existente. (CUNHA; SILVA, 2013, p.89)

Podemos considerar que Jardim possuía uma concepção sobre a Escola Nova bem definida, entendendo a importância de se compreender o indivíduo em sua relação com a sociedade, como um vínculo indissolúvel, destacando também as questões de moralidades e valores em função de uma sociedade melhor.

Essa concepção pode ser observada no prefácio de *Geografia da Criança*, em que o autor apresenta as principais intenções de seu livro:

Imaginámo-lo um livro de leitura de texto a ser comentado com o auxílio do professor e por êste, quando conveniente, acrescido. Não há nele “definições” nem coisas quaisquer a serem “aprendidas de cor”. As “noções preliminares” com que de costume se cuida preparar caminho para a aprendizagem de geografia – noções de morfologia geométrica e semelhantes, - preferimos substituir por lições, muito elementares, de “geografia geral”, (na acepção verdadeira do termo), sem recuarmos mesmo, embora em tão elementar estudo, e como objetivo dele, à noção de causalidade; preferimos, a essas “preliminares”, entreter desde logo o aluno com os fatos verdadeiramente geográficos, não excluindo sequer os de ordem matemática, associados, porém, aos da geografia viva e tratados de forma adequada à mente infantil. (JARDIM, 1938, n.p)

Destacamos a preocupação do autor de não propor conceitos ou exercícios para a memorização e também de procurar uma maneira de explicitar os conteúdos geográficos de forma adequada à mente da criança, como previam os métodos escolanovistas.

Porém, apesar de o autor defender este discurso, as maneiras de utilização do seu livro indicam um não rompimento definitivo com os métodos que ele tanto critica. Jardim enfatiza a importância de se adequar os conteúdos à mente infantil, e de centralizar o conhecimento na criança, no entanto, o professor ainda aparece como figura central no processo de aprendizagem. O autor afirma que seu livro deveria ser utilizado para uma “leitura silenciosa”, a qual seria seguida de posteriores comentários do professor; em outro momento, porém, adverte que as

intervenções do mestre poderiam ser limitadas às palavras desconhecidas dos alunos.

Além disto, apesar de ser enfático em sua crítica ao método tradicional e aos exercícios de repetição, o autor propõe, ao final de cada lição, uma lista de exercícios referentes aos conteúdos aprendidos no capítulo em questão. Sobre estas questões metodológicas, o autor expõe sua intenção de adequar o livro aos métodos da Escola Nova, mas admite que este é um processo em transição:

Na fase pedagógica que este movimento inaugura, ou dêle desde logo resulte em sua plenitude a “escola ativa”, ou, como mais provável, dêle provenha um regime de transição, mais ou menos duradouro, no qual de todo não desapareça o programa escolar “por matérias”, de um ou de outro modo, será utilizado nas nossas escolas êste modesto livrinho. (JARDIM, 1938, n.p)

Jardim admite a possibilidade de que no momento de inauguração do escolanovismo, não ocorra uma ruptura total com o programa de ensino vigente, mas que estas mudanças são um processo de transição. A partir desta perspectiva, Cunha e Silva consideram a posição de Jardim como “moderada”, “uma vez que, mesmo defendendo melhorias no ensino, mostrava-se cauteloso quanto à importação de ideias estrangeiras”. (NERY, 1999, apud, CUNHA; SILVA, 2013, p.82)

Desta maneira, podemos considerar que em *Geografia da Criança*, seu autor realiza uma tentativa de adaptar os conteúdos do ensino da geografia aos ideais da Escola Nova. Mesmo que de maneira “moderada”, o livro apresenta uma declaração aberta contra métodos tradicionais e uma tentativa de adaptar seu conteúdo a um novo modelo educacional.

2.6 Serie Braga, de Erasmo Braga

Diferentemente das obras anteriores, as indicações de Lourenço Filho não recaem aqui sobre um livro ou manual, mas sobre lições específicas dos livros I, II e III de uma série de leitura graduada denominada *Serie Braga*, em homenagem ao seu autor, Erasmo Braga.

Erasmo Braga nasceu em 1877 na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo. Nascido no seio de uma família presbiteriana, a presença da religião marcou sua infância e teve influência direta na sua vida adulta, fazendo-o ingressar no Instituto Teológico de São Paulo. Posteriormente à sua ordenação, em 1898, tornou-se pastor da Congregação Presbiteriana de Niterói, no Rio de Janeiro.

De acordo com a biografia encontrada no site da escola presbiteriana que homenageia o autor com seu nome, Erasmo Braga retorna a São Paulo onde exerce o magistério no Mackenzie College e no Seminário Presbiteriano. O mesmo site ainda destaca sua atuação, em 1899, na Academia Paulista de Letras. Pouco tempo depois, entre os anos de 1903 e 1905, teria participado da Sociedade Científica de São Paulo.

Carlos Barros Gonçalves destaca o envolvimento de Braga com o jornalismo:

Como jornalista, foram muitos os periódicos para os quais enviou seus textos. Em cada local que residiu, ali estava ele a escrever. Nessas publicações, além de temas voltados à religião, abordou questões sociais como a saúde, o analfabetismo, a situação dos povos indígenas, a economia, a política; temas como o alcoolismo, a literatura, a pornografia, os esportes. (GONÇALVES, 2013, p. 3)

Gonçalves destaca o ecletismo de Braga em seus textos jornalísticos, porém Pinheiro e Moreira enfatizam que ele também escrevia “(...) periodicamente para revistas religiosas e seculares.” (MOREIRA; PINHEIRO, 2010, p.5). Braga teria sido

um dos fundadores do jornal “O Puritano”, como órgão de comunicação e evangelização da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro.

Apesar do envolvimento do autor com diversos temas, ele nunca teria abandonado a defesa de seus princípios religiosos. Gonçalves retoma trechos da bibliografia de Braga, escrita por Julio Ferreira, que caracterizam o autor da *Série Braga* como “(...) um personagem pacífico, porém atento as questões de seu tempo.” (GONÇALVES, 2013, p. 7).

Gonçalves afirma também que Julio Ferreira, ao escrever sobre Erasmo Braga, ressalta que “(...) apesar dos círculos em que caminhava e das pessoas com quem convivia, soube guardar “os princípios protestantes.” (FERREIRA, 1975: 31, apud, GONÇALVES, 2013, p. 6). Desta maneira, pode-se considerar que seus princípios religiosos foram muito importantes na trajetória deste autor, não o impedindo, porém, de se envolver com outras questões da época em que viveu.

Sobre o envolvimento de Braga com a religião, Pinheiro e Moreira comentam:

Um autor religioso não estava na proposta republicana de ensino, que previa uma escola laica e pretendia livros de leitura com um conteúdo moral-cívico e nacionalista em substituição ao conteúdo moral-religioso. No entanto, foi inevitável a reação de religiosos, católicos e evangélicos, no intuito de estabelecer escolas religiosas para a formação de seus fiéis. E no caso dos evangélicos, a reação era dupla: contra a escola laica e contra o predomínio da religião católica como religião oficial do Estado. (MOREIRA; PINHEIRO, 2010, p.5)

A partir da perspectiva apresentada pelas autoras, é possível se considerar que por trás da opção do autor de dedicar-se à escrita de livros escolares, existia uma função política e ideológica. Existia a intenção de garantir o lugar do ensino presbiteriano nas relações de poder que pautavam o cenário educacional do período. Sobre este aspecto, Gonçalves afirma que:

Erasmus Braga nasceu e viveu num momento em que as igrejas protestantes no Brasil buscavam se consolidar perante a sociedade, suas instituições civis e, sobretudo, buscavam fazer frente ao catolicismo secular na busca por espaços na religiosidade dos brasileiros. (GONÇALVES, 2013, p. 3)

Em um cenário de disputa de poder entre as religiões, a escrita de livros didáticos apresentava-se como uma contundente opção para a manutenção dos ideais que o autor e seu grupo social consideravam adequados para a educação da nação. Pinheiro e Moreira caracterizam Erasmo Braga como “(...) um autor que representa a reação religiosa às mudanças estabelecidas pelo ideário republicano de escola.” (MOREIRA; PINHEIRO, 2010, p.5)

Independente das posições ideológicas, os manuais escritos pelo autor presbiteriano, condiziam com alguns dos ideais dominantes do período, principalmente no que diz respeito à educação moral e cívica. As autoras citadas destacam que: “(...) Erasmo Braga, professor e pastor evangélico, tinham como objetivo, ao escrever seus respectivos livros de leitura, instruir os pequenos leitores, oferecendo a eles exemplos de condutas, sejam elas cristã, nacionalista, moral, política ou ideológica.” (MOREIRA; PINHEIRO, 2010, p.5)

Roseane Maria de Amorim também comenta a relação de Braga com a religião e sua defesa dos ideais nacionalistas:

Enfim, o interesse do projeto educacional era garantir a nacionalidade em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Em outras palavras, o interesse era formar o sujeito patriótico, conhecedor dos vultos nacionais, concentrando-se, portanto, numa história biográfica, política e econômica. Essa concepção não fazia parte apenas do ensino ginasial e colegial, mas também da educação primária. (AMORIM, 2013, p.4)

A *Série Braga*, escrita em 1909, foi bem recebida no âmbito editorial/educacional de sua época. Esta série é composta de um conjunto de cinco livros de leitura todos com indicação para a escola primária. Seu acolhimento pelas

escolas paulistas foi tão positivo que a Editora Melhoramentos publicou por quarenta anos ininterruptos, sendo traduzida até para o japonês, com a intenção de auxiliar a orientação de imigrantes na década de 1930.¹

Em 1961, a série alcança sua 149ª edição, o que evidencia a importância que ocupou no âmbito educacional brasileiro. Porém, Pinheiro e Moreira alertam para o fato de que “o número de edições da série Braga pode indicar uma estratégia de mercado e não corresponder ao número real.” (MOREIRA; PINHEIRO, 2010, p.2). Todavia, independente das possíveis estratégias editoriais, é inegável a longevidade que esta série atingiu no cenário educacional do país.

Azilide Andreotti realiza uma breve apresentação desta coleção, destacando a atuação de Lourenço Filho na mesma:

A partir de 1938, as edições que se seguiram foram revistas pelo professor Lourenço Filho. O conjunto de livros compunha-se de "Leitura I", o primeiro da série, que de acordo com Braga na introdução intitulada "Ao professor" foi "elaborado para o ensino em continuação das cartilhas e das leituras preparatórias". E adiante, sobre a utilização e bom proveito do livro, o autor esclarece que esse primeiro volume "tem por fim fornecer ao professor material para o ensino da leitura, ao passo que proporciona ao aluno assuntos vários que visam a sua educação intelectual, cívica e moral, sem perder de vista os elementos estéticos." Segue-se Leitura II, III e IV. "Leitura Intermediária" é outro volume e apontado como "livro de transição entre a cartilha e os de mais desenvolvida leitura corrente". Já as reimpressões revisadas por Lourenço Filho tem edições de 1942 em diante, com prefácio explicativo sobre a obra e as revisões, datado de 1938 e 1939. As diferenças entre as edições do autor e as revistas por Lourenço Filho começam pela capa do livro, mais leve, com letras de desenho suave e fundo claro. Ilustrações, no interior do livro, foram mantidas. Além de mudanças nos termos e na nomenclatura, no "Livro I", por exemplo, são acrescentados exercícios ao fim de cada tema em substituição a pequenas frases, como "Lar doce lar, nada há como o meu lar". Claro que esses comentários sobre as diferentes edições são bem gerais e quem sabe estimule uma pesquisa mais abrangente. Afinal Lourenço Filho foi um dos renovadores da educação e como professor e organizador de várias coleções de livros escolares, imprimiu o ideário preconizado pelos escolanovistas. Essa "Série Braga" faz parte das publicações de livros de leitura, que foram utilizados até os anos de 1970, quando houve uma reforma na organização e nos conteúdos do ensino no país. (ANDREOTTI, 2010, n.p.)

¹ Informação retirada do site: <http://www.erasmobraga.com.br/a-escola/biografia-erasmo-braga>

A autora relata algumas das intervenções do editor na série aqui analisada, destacando a possibilidade de Lourenço Filho ter imprimido seus ideais escolanovistas nas obras por ele editadas. Este editor sugere que o professor alterne as leituras para os alunos entre a coleção *Bibliotheca Popular de Higiene*, de Sebastião Barroso, com trechos previamente selecionados de outra coleção da mesma editora, a *Série Braga*, de Erasmo Braga.

Dos três livros da *Série Braga* que Lourenço Filho indica, tivemos acesso a diferentes edições. O livro I seria a terceira edição, datada de 1922. Quanto ao Livro II, apresenta-se como a segunda edição, do ano de 1921. Já o Livro III, tivemos contato apenas com a sua 149ª edição, de 1956.

No prefácio do Livro I, o autor comenta sobre alguns aspectos materiais desta coleção, bem como suas intenções e o público que visa atingir:

O estylo é simples, familiar, extreme, todavia da preocupação de imitar a infantilidade de expressões communs na linguagem das crianças, ou as formas dialectaes proprias do elemento inculdo de nossa população. Também as scenas da vida doméstica, o ambiente social que se desenvolve a ação do livro – nem são da alta sociedade, que não representa o meio de larga porcentagem dos alumnos das escolas nacionaes, nem das classes mais desfavorecidas da fortuna. O caráter didático da presente obra tem a seguinte physionomia: technica – a largura das páginas, o espaço entre as linhas, a nitidez da impressão, as gravuras que illustram o texto, foi tudo calculado e estudado, visando satisfazer ás condições hygienicas necessarias em um livro escolar; pedagógica – os themas desenvolvidos nas lições foram escolhidos não só quanto a sua conveniência e espírito nacionalista, mas partem do concreto para o abstracto, em cada lição e em todo o conjunto do livro. (BRAGA, 1922, p. IV)

Neste prefácio direcionado especificamente aos professores, o autor evidencia aspectos essenciais de suas obras; é perceptível uma preocupação quanto à distribuição dos conteúdos que partem “do concreto para o abstracto” e também com a forma material de sua composição, dividindo espaço com as

gravuras e atentando para a largura das páginas, espaço entre as linhas e outros aspectos estéticos do livro.

Além disso, o autor esclarece o público que pretende atingir, não correspondendo nem à alta sociedade nem às classes mais desfavorecidas, mas ressaltando a preocupação em respeitar as expressões correntes “ou as formas dialectaes próprias do elemento inculto de nossa população.” (BRAGA, 1992, p. IV).

No período que o autor escreve, alguns intelectuais compreendem a escola como instrumento de progresso, consideravam que através da educação o Brasil poderia ser inserido no grupo das “civilizações modernas”. Com esta perspectiva, o acesso à escola pública foi ampliado, principalmente no que se refere à educação primária. Pela primeira vez as camadas populares possuíam acesso massificado à instrução escolar, demandando de programas e materiais específicos que visavam atender esta parcela da população, uma vez que não se pretendia oferecer a mesma educação que os filhos da “alta sociedade”.

Pinheiro e Moreira propõem uma reflexão sobre este processo:

Se no período imperial o público escolar se restringia à elite social e econômica do país, com a República, há uma significativa ampliação e diversificação desse público, não só no que diz respeito à classe social, mas à idade e ao nível de ensino. Houve o crescimento e fortalecimento das escolas primárias e o surgimento das escolas mistas, que propiciaram a construção de um novo sistema escolar, com uma nova concepção de ambiente escolar e de método de ensino-aprendizagem, exigindo a presença do livro como suporte didático no contexto escolar. (MOREIRA, PINHEIRO, 2010, p. 2).

As autoras demonstram que, com a ampliação do público escolar, ocorreu a demanda por novos métodos e materiais adequados. Neste sentido, o discurso de Erasmo Braga está inserido na mentalidade da época, buscando produzir um material que visasse atender a “larga porcentagem dos alunos das escolas

nacionais.” (BRAGA, 1992, p. IV), que representavam as camadas populares. Para tanto, o autor opta por um “estilo simples e familiar”. Assim como vários dos outros livros analisados neste trabalho, os conteúdos da *Série Braga* também são apresentados na forma de histórias que giram em torno do núcleo familiar. A partir de “cenas da vida doméstica”, são introduzidos conceitos que o autor considera adequados para a instrução do público que visa atingir.

Sobre este aspecto, Roseane Maria de Amorim, analisa essa série de leitura considerando que o autor enfatiza o ensino direcionado ao trabalho. A autora avalia o discurso de Erasmo Braga e ressalta que ele julgava suficiente para as classes populares uma educação que divulgasse os princípios cívicos e morais e estimulasse as crianças a realizar seu futuro papel de trabalhadores, peça essencial para a engrenagem do país.

A autora afirma que:

No decorrer do livro, é recorrente a afirmação que os indolentes, os sem trabalho, constituem-se parasitas e, portanto, estão permeados pelos vícios. Nessa perspectiva, os mendigos, as crianças abandonadas, os sem empregos são pessoas viciadas, sem caráter e estão nessa condição porque assim desejam. (AMORIM, 2013, p. 8)

Ela ressalta que, de forma implícita, o texto sugere à criança “(...) que o trabalho proporciona a prosperidade e leva alegria e bem-estar aos lares.” (AMORIM, 2013, p.8). Trabalhar seria uma maneira digna de contribuir com o progresso da nação, além de constituir-se como uma fonte inesgotável de felicidade aos homens. Assumindo uma posição crítica em relação a esse discurso, afirma que: “Não se discute a fome, a miséria e as condições inadequadas que os trabalhadores estão submetidos.” (AMORIM, 2013, p.7). É importante ressaltar que este autor, assim como os outros apresentados neste trabalho, possuía concepções

inseridas no discurso vigente na época; o que pode explicar as escolhas conceituais de seus livros. Assim como a maioria dos livros aqui apresentados, a *Série Braga* também apresenta conteúdos direcionados à incitação ao trabalho e a comportamentos patrióticos.

Porém, é importante ressaltar que o editor não indica os livros desta série em seu uso integral. Para a utilização em conjunto com a obra de Sebastião Barroso, Lourenço Filho indica apenas algumas lições dos três primeiros livros. Como leitura auxiliar do livro *O que se deve beber*, da coleção *Bibliotheca Popular de Higiene*, o editor sugere as lições “O Paquequer”; “O dilúvio e Tamandaré” e “Deixa-me fonte” do livro III da *Série Braga*. Ainda sugere os capítulos “A navegação”; “Os alimentos” e “Um copo improvisado” do II livro da mesma série.

Com o livro número onze, *O mundo dos parasitas*, da coleção de Sebastião Barroso, o editor sugere que sejam utilizadas lições do livro I da *Série Braga*, como, por exemplo, “Três Inimigos”. Enquanto *O Mundo dos Micróbios* devia ser complementado com “O que disse o doutor” e “Uma estatueta”, também do Livro I da *Série Braga*. Uma breve análise dos conteúdos que estes trechos previamente selecionados apresentam demonstra a recorrência da temática da higiene, da moral e da civilidade; assim como nos outros livros indicados pelo editor.

A questão da saúde é enfatizada no Livro I no capítulo denominado “Uma Estatueta”; que introduz a história de Oswaldo Cruz. As histórias ocupam o cenário do núcleo familiar; nesta lição o tio das crianças ganha uma estátua do médico higienista e, através do objeto, narra a trajetória deste que, na visão do narrador “é um dos mais ilustres brasileiros”. (BRAGA, 1922, p. 184).

Sobre a atuação deste sanitarista, a história relata:

Foi Oswaldo Cruz que transformou o Rio de Janeiro em um paraíso. Quando elle soube que a cidade de Havana tinha sido saneada pelos médicos e engenheiros norte-americanos, e a febre amarella tinha desaparecido de lá, ele resolveu fazer o mesmo para o Rio de Janeiro e para todo o nosso paíz. Primeiro, elle tratou de acabar com os pernilongos do Rio. Uma espécie deste mosquito, o rajado de listas prateadas, é que transmite o gérmen mortífero dos doentes de febre amarella ás pessoas sãs. (BRAGA, 1922, p. 185)

E complementa:

Fizeram opposição a seus planos. A gente ignorante resistia a limpeza de suas casas e quintaes, Ridicularizavam funcionários que iam por toda a parte atacar os mosquitos em seus ninhos, nos brejos, nas hortas, nas calhas dos telhados. Mas, em pouco tempo, desapareceu do Rio de Janeiro a epidemia que tornava a nossa capital um dos logares perigosos do mundo. (BRAGA, 1922, p. 186)

As passagens enfatizam Oswaldo Cruz como um personagem “heróico”, que merece “lugar de honra”, por ser “um dos creadores do Novo Brasil” (BRAGA, 1922, p. 187). Além disso, as citações apresentam instruções sobre a febre amarela e sua prevenção. Outras lições selecionadas pelo editor também possuem o objetivo de ensinar aos alunos como prevenir doenças. Em “*O que disse o Doutor*”, estas instruções são diretas e enumeradas:

1. Todas as infecções são causadas por germens.
2. Os germens são provenientes de algum enfermo e pódem ser transportados para qualquer pessoa.
3. Os germens não nos fazem mal, si não entrarem em nosso corpo.
4. As infecções podem ser evitadas. (BRAGA, 1922, p. 175)

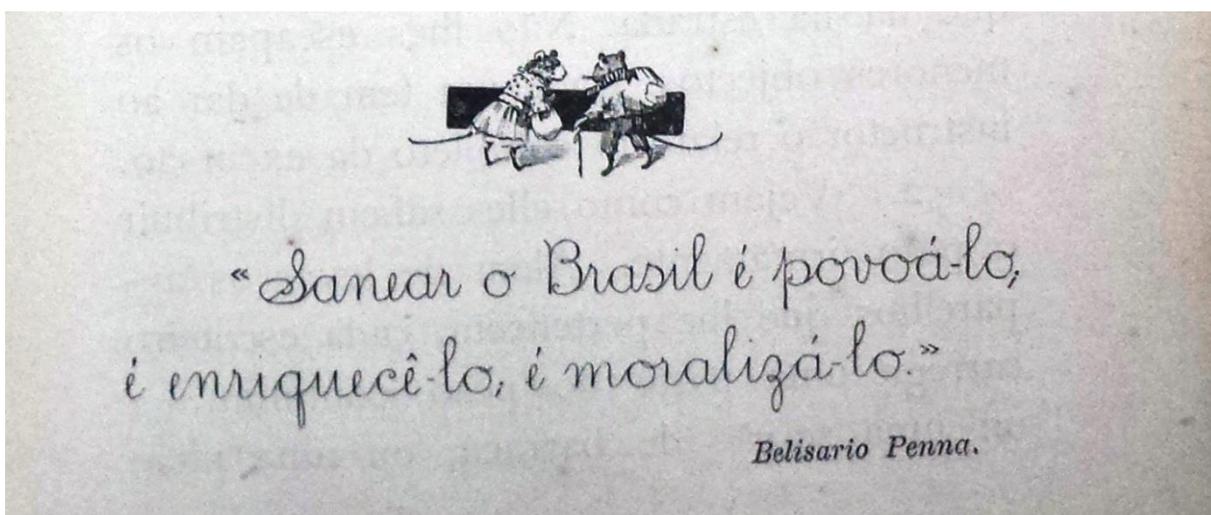
Nesse mesmo capítulo ainda são apresentados conselhos sobre saúde e higiene em tom imperativo:

Traga as mãos sempre limpas.
Não ponha na boca aquillo que já tenha estado na boca de outrem.
Não coma coisa alguma que os outros tenham pegado com a mão.
(BRAGA, 1922, p. 176)

Em “Três Inimigos” o autor explicita que os ratos, as baratas e as pulgas seriam os inimigos mortais da saúde, uma vez que são transmissores de moléstias como a lepra e a peste; e ainda apresenta indicações de como evitá-las:

O único meio de estarmos livres de uma epidemia de peste é fazer guerra aos ratos e às pulgas. Portanto é necessário cimentar os porões, tomar bem as juntas dos rodapés, e fechar bem as vasilhas de lixo. Porisso meus sobrinhos, quando vem o médico de Saúde Pública e exige concertos nas casas, devemos ficar satisfeitos por haver em nosso paíz quem cuide do bem estar comum. (BRAGA, 1922, p. 107)

Além de ensinar como evitar epidemias, o autor ainda ressalta a importância dos sanitaristas, apresentando-os como agentes em função do bem comum, como necessários para o progresso do país; representando-os com um caráter de “heroísmo”. Para finalizar esta lição, é introduzida uma ilustração de um casal de ratos representados como se estivessem de mudança; a imagem é seguida de uma frase de Belisário Penna:



O autor da frase selecionada era um médico sanitarista, expoente do discurso de higiene no período em questão. Esta citação, assim como os conteúdos selecionados por Lourenço Filho da *Série Braga*, apresenta o conceito de higiene e saneamento interligados com noções de patriotismo e civilidade. Nos três livros analisados, Erasmo Braga enfatiza o discurso nacionalista, ultrapassando as questões religiosas que pautavam o discurso do autor. Desta maneira, a série de livros que o autor escreve condiz com os ideais de seu período, sendo utilizada por décadas.

Na apresentação do Livro II o autor declara sua intenção de incentivar o sentimento nacionalista:

Encontram-se aqui trechos de leitura que, fundados em conhecimentos anteriores adquiridos, e coordenados com os programmas de ensino das varias matérias do 3º anno, dão uma interpretação dos phenomenos, do ambiente, dos factos da história nacional, de instituições sociaes, com o intuito de crear, no animo do leitor, uma impressão individualista e entusiasta de seu paiz, de seus maiores, e de seu povir. Evitando a exposição da matéria, a modo de compendio, este livro apresenta ao alumno grandes factos do universo, quadros da lucta do homem com a natureza selvagem, o desdobramento da actividade humana no aproveitamento das riquezas nacionaes, o conceito do dever e do direito, encerrando o livro uma synthese do programma de José Bonifácio. Intentamos fazer deste volume obra humana, porém intensamente nacionalista. Quadros da natureza e da vida no Brasil, representando varias regiões do paiz, tiram ao livro cor meramente regional. (BRAGA, 1921, p. III)

As palavras do autor sugerem uma tentativa de que seu livro contribua para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e, principalmente, conscientes das riquezas de seu país. Amorim, apoiada nas contribuições de Nemi e Martins (1996) considera que “(...) a realidade brasileira é apresentada à criança de “maneira ufanista um Brasil ingênuo, pouco convincente.” (NEMI; MARTINS, 1996, p. 21, apud, AMORIM, s./d., p. 6)

O tom ufanista que o autor utiliza para apresentar o país utiliza elementos já presentes em outras obras indicadas pelo editor, como a descrição das paisagens

naturais e a ação do homem sobre a natureza. Assim como em alguns dos outros livros sugeridos por Lourenço Filho, a *Série Braga* utiliza a temática dos bandeirantes e dos escoteiros para traçar um retrato do país e expor a importância desses movimentos para a pátria.

Erasmu Braga acredita que as narrativas de viagens ao interior do país colaborariam para o “engrandecimento moral e intelectual da pátria brasileira”, fomentando o sentimento nacionalista, como indica a citação:

Muitas impressões colhidas em longas viagens pelo interior do Brasil, reflexos do sentimento nacionalista apurados no estudo meditado de tradições, usos e costumes, documentados a demais com extractos de obras de valor indisputável de auctores eminentes, ahí estão nessas páginas, que pretendem colaborar, na grande obra do engrandecimento moral e intellectual da Patria Brasileira. Trazem ellas reminiscencias do passado, visões do presente e espectativas anhelantes do futuro, apresentadas á juventude para lhes dar acuidade ao novo sentido, a leitura, que, diz Rivarolo, o grande educador argentino, “é tão precioso como os sentidos naturaes”. (BRAGA, 1921, p. IV)

Neste sentido, o autor oferece uma atenção especial ao movimento bandeirante, enfatizando suas características heróicas e desbravadoras. Sobre o retrato do bandeirismo na *Série Braga*, Amorim comenta:

Na parte das bandeiras, os bandeirantes são apresentados como desbravadores, destemidos e combatentes. Os índios, por sua vez, aparecem como selvagens, escravos e prisioneiros conduzidos. O autor afirma, inclusive, que os escravos índios ficavam a favor dos bandeirantes e usavam flechas contra os inimigos sem nenhum questionamento. Como os bandeirantes são apresentados como destemidos e corajosos, procura-se mostrar suas formas de vestir, alimentação e seus modos de organização. Os bandeirantes são heróis porque estão contribuindo para a nação brasileira. (AMORIM, 2013, p. 8)

Este é mais um dos livros, dentre os analisados nesse trabalho, que possui uma visão semelhante a respeito dos movimentos de exploração no interior do país, todos associados ao caráter patriótico que estes empreendimentos guardavam. Também são introduzidas histórias sobre o escotismo, como no livro *Oitocentas*

Léguas a Pé. Sobre os escoteiros, o autor da *Série Braga* também os considera como “colaboradores na formação do espírito patriótico”:

Por fim, o professorado que colabora na formação do espírito patriótico e na educação varonil de nossos jovens patrícios, fazendo propaganda do escotismo, compreenderá a vantagem de possuir um livro de leitura no qual essa componente nova de nosso preparo cívico está tratada como facto de nossa vida social. (BRAGA, 1922, p. V)

Fica evidente que, relacionado aos conteúdos de saúde e higiene, o autor destaca a importância de uma “educação varonil de nossos jovens patrícios”, associada a padrões de comportamento morais e cívicos. A intenção da criação de uma identidade nacional e de imposição do amor pela pátria sobressaem-se no discurso do autor em todos os sentidos, ultrapassando as questões puramente religiosas que ele defendia.

Nesse sentido, civismo e moral estabeleciam a relação entre política e religião, além de garantir a construção de um conjunto de representações relativas a ser homem e a ser mulher na sociedade brasileira. Por meio das lições encontradas no livro de Erasmo Braga, fica evidente a necessidade de se sacrificar pela pátria, o amor à nação e ao trabalho. O sacrifício supremo em prol da nação era pensado como o encaminhamento para uma vida feliz. A cidadania se resumia no cumprimento dos deveres e na obediência às leis estabelecidas pelo Estado, embora no discurso se falasse aqui e acolá nos direitos. (...) A educação como forma de civilizar e formar uma sociedade regrada era essencial para a construção de uma nação que se aproximasse dos padrões europeus. (AMORIM, 2013, p. 11)

A citação resume de maneira eficiente as intenções da *Série Braga*, restando compreender porque Lourenço Filho, na posição de editor, a selecionou para ser trabalhada em conjunto com uma coleção destinada ao ensino de higiene. Moreira e Pinho trazem indícios que podem colaborar para estes questionamentos. As autoras

analisam os prefácios assinados por ele a partir das edições do ano de 1939.² Elas destacam um trecho de um destes prefácios e afirmam:

No prefácio da edição de 1951, do quarto e último volume da série é possível perceber outras afirmações que mostram, por exemplo, o conceito de leitura pensado para a composição da *Série Braga*. De acordo com Lourenço Filho, no prefácio que escreveu em 1939, ensinar a ler:

é o que de melhor pode fazer a escola, trate-se da classe primária ou da universidade. Ensinar a ler – isto é, ensinar a ter gosto da boa leitura; isto é, ensinar a fazer dela o melhor uso; isto é, ensinar alguém a encontrar, em seu exercício, o pão e o sal do espírito, a fonte dos conhecimentos, os motivos de reflexão ou de entretenimento sadio. (LOURENÇO FILHO, 1939, p. 5, apud MOREIRA, PINHEIRO, 2010, p. 11)

De acordo com o que as autoras destacam no discurso de Lourenço Filho, o editor, ao prefaciá-la obra de Erasmo Braga, enfatiza a importância da leitura na escola, como algo que “deve ser ensinado”. Assim, a sua opção por esta obra, e talvez por todas as outras que ele indica, pode ter ultrapassado a dimensão dos conteúdos especificamente, considerando também a importância da leitura em si. Pinheiro e Moreira ainda afirmam que “ao final de seu prefácio, Lourenço Filho reafirma o desejo de Erasmo Braga em promover um efetivo ensino da leitura.” (AMORIM, 2013, p. 12). E acrescentam:

Lourenço Filho conclui que a *Série Braga* deseja ensinar a criança a desenvolver o gosto pela leitura. Formar crianças leitoras seria a garantia de aumentar o número de leitores entre os jovens e os adultos das gerações futuras: “Não há outra forma de ensinar a ler a mocidade, senão ensinando a ler as crianças, mas ensinando-as a ler aquilo que, com a verdade, as leve a amar a harmonia e a beleza” (1939, p. 5). Ou seja, os livros de leituras que circularam nas primeiras décadas do século XX representavam também uma forma de selecionar e direcionar, seja por questões políticas ou pela subjetividade de seus autores, o conteúdo que deveria ser lido. Esse conteúdo, por sua vez, estava atrelado ao ensinamento de condutas a serem adotadas. (AMORIM, 2013, p. 13)

² Os volumes a que tivemos acesso para a realização deste trabalho apresentam apenas um prefácio assinado pelo autor, sem as contribuições e mediações do editor. Porém, Moreira e Pinho, analisaram outras edições identificando o posicionamento de Lourenço Filho em relação à obra de Erasmo Braga.

É possível considerar que a opção do editor de indicar a *Série Braga*, bem como os outros livros aqui descritos, partia de sua crença de que o hábito de ler seria um instrumento fundamental para a formação dos jovens do país, acreditando ainda no potencial da leitura para a instrução e ensino de comportamentos e condutas que julgava adequados. Através da leitura, os jovens deveriam aprender os conteúdos necessários para sua inserção na sociedade e, conseqüentemente, contribuir para o progresso da nação.

Finalizamos, assim, este capítulo que visava aproximar o leitor das fontes primárias através de uma narrativa descritiva de seus conteúdos. A partir da descrição dos livros indicados por Lourenço Filho, muitas hipóteses foram levantadas. O próximo capítulo dedica-se a uma análise sobre os principais aspectos dos livros aqui apresentados.

CAPÍTULO III - O ensino de higiene nas obras apresentadas

Após a apresentação descritiva das fontes primárias, pretendemos analisá-las elencando os principais aspectos que permeiam os livros selecionados. Nossa intenção era testar a possibilidade de constituir uma “coleção de higiene” a partir das indicações de Lourenço Filho. Pretendíamos realizar um exercício interpretativo a partir das indicações do editor, contemplando as suas recomendações sobre a melhor estratégia editorial visando o ensino da higiene. Em última instância, nosso objetivo era identificar um projeto de educação higiênica inserido nessas obras.

Ao analisar as fontes primárias, não foi possível encontrar uma unidade capaz de indicar uma coesão a respeito da temática da saúde e higiene, uma vez que ela não se configura como central em todos os livros selecionados, apresentando-se,

muitas vezes, como secundária. É curioso observar que Lourenço Filho assina os apêndices de uma coleção destinada especificamente ao tema da higiene indicando outros livros que não tratavam desse assunto especificamente. O que percebemos pode ser pensado como um deslocamento de conceitos, por meio do qual a retórica nacionalista se sobrepõe às questões de saúde.

Considerando a diversidade dos assuntos tratados nas obras selecionadas pelo editor, podemos elencar elementos comuns, como: o bandeirismo, o escotismo, e outros empreendimentos de exploração do território nacional, a exemplo das viagens e expedições que objetivavam reconhecer as riquezas do país. Essa temática é associada a um projeto de criação de uma “identidade nacional” recorrente no período em que estes autores escrevem. Inúmeros intelectuais ocuparam-se em escrever sobre este tema, com o objetivo simbólico de encontrar, a partir das expedições ao interior do país, uma unidade nacional. Sobre este aspecto, Lucia Lippi Oliveira afirma que “A marcha para ocupar o sertão parece ser tarefa épica de construção da nação. Os bandeirantes são a inspiração histórica para os novos empreendimentos de ocupação política e cultural do sertão que os bandeirantes já tinham conquistado”. (OLIVEIRA, 2008 p.20).

Podemos considerar, nesse sentido, que a temática que aparece recorrentemente nas obras analisadas articulava-se a um debate mais amplo que estava em curso no período. Em consequência deste espírito de época, a literatura brasileira passa a assumir um caráter nacionalista doutrinário, presente também nos livros escolares. As questões morais e cívicas permeiam quase todos os livros selecionados; a importância do trabalho para o progresso da nação também é ressaltada em mais de uma obra. Um dos elementos mais recorrentes em todos os livros analisados é a incitação ao patriotismo. Thaís Nívia de Lima Fonseca afirma

que “(...) os programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela idéia de construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente”. (FONSECA, 2004, p. 54).

Desta maneira, pautados pelo discurso da época, a maioria dos autores analisados apresenta o conceito de higiene e saúde interligadas às noções de patriotismo e civilidade. Nas indicações de Lourenço Filho, encontramos obras em que o ensino de higiene está inserido no interior das narrativas, mas não se configura como objeto central das mesmas, o que, não necessariamente, indica sua fragilidade. A higiene integrada a um projeto de nação pode ser indício do seu importante lugar em um projeto maior. Esta temática é tratada pelos autores pela consciência de sua importância para o desenvolvimento do país que necessita de sujeitos educados, civilizados, fortes, com boa saúde e disposição para o trabalho e, enfim, para o progresso de um país que almeja se inserir no padrão de nações “civilizadas”.

A divulgação do higienismo e o saneamento do país configuravam-se, a partir do posicionamento dos autores, como um compromisso patriótico. Sobre este aspecto, Vinão Frago, ao analisar o pensamento de autores do período, cita Patricio Borobio, que, por sua vez, considera que “Si el individuo es sano, instruido y bueno, los pueblos serán fuertes, adelantados, grandes y prósperos, que fortaleza, progreso, grandeza y prosperidad son los frutos con que Higiene y Educación premian a los que rinden fervoroso y racional culto.” (Borobio, 1915, p. 99, apud, FRAGO, 2000, p. 11)

Em uma época que visava à construção de uma identidade nacional e o progresso do país, o ensino de higiene era uma demanda recorrente, uma vez que

era necessário sujeitos sãos, instruídos e fortes para contribuírem com o engrandecimento da nação. Neste sentido, a esfera educacional ganha destaque, os intelectuais da época compreendiam que através da educação esse ideal de cidadão saudável e civilizado poderia ser alcançado, como sugerem os discursos dos livros analisados.

Jorge Nagle, ao reconstituir a trajetória de Renato Jardim, reflete sobre este processo considerando que:

Renato Jardim pertenceu a uma geração de intelectuais que buscavam um sentido para o Brasil que fora inaugurado pelo movimento republicano e que viam a educação como fator decisivo no processo de conduzir o país no caminho do progresso. Qualificavam a escolarização como autêntico “motor da história”, único instrumento capaz de responder às profundas transformações sociais em andamento, cujos reflexos tornaram-se evidentes na década de 1920 em todos os setores da sociedade. (NAGLE, 2001, p. 134)

Como afirma Nagle, existia um movimento intelectual em que o ambiente escolar ganha destaque, sendo considerado instrumento de progresso. A história de Agapiito, escrita por Thales de Andrade, é um exemplo deste discurso, uma vez que a escola é caracterizada como ferramenta capaz de inculcar valores, condutas e comportamentos considerados morais e civilizados.

No que toca especificamente aos discursos dos livros aqui analisados, as questões de saúde e higiene são constantemente associadas às questões nacionalistas e civilizatórias. O projeto de educação higiênica, descrito nestes livros, remete ao empreendimento patriótico que seria sanear o país, permitindo seu progresso e desenvolvimento. Porém, esse viés é resultado de um projeto maior que estava em evidência no país. Resta questionar como estes livros participam da produção de representações e, principalmente, qual sua relação com o movimento da Escola Nova?

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Retomando as intenções iniciais, este trabalho visava testar a possibilidade de constituir uma “nova coleção” para o ensino de higiene através das indicações de Lourenço Filho. Buscávamos compreender como ele, no papel de editor e de defensor da Escola Nova, sugeria (por meio dos livros e da leitura) que os conceitos de higiene fossem ensinados.

Porém, outros questionamentos emergem destes apêndices, principalmente no que compete à indicação de outras obras não relacionadas, à primeira vista, ao discurso higiênico propriamente dito. Que motivos teriam levado Lourenço Filho a indicar obras tão distintas para a utilização com a temática da higiene? Considerando o livro como um objeto mercadológico, as indicações do autor nos apêndices da coleção de Barroso, seriam apenas uma estratégia editorial para aumentar a comercialização dos livros da editora em que trabalhava? Ou será que estas indicações eram pautadas no capital social do editor?

É importante ressaltar, a função social que os autores possuíam no período selecionado. Mônica Pimenta Velloso afirma que “(...) os intelectuais são eleitos os legítimos depositários da civilização, tornando-se, portanto, os mais indicados para ensinar o amor pela pátria.” (VELLOSO, 1993 p. 90). Quanto aos escritores dos livros escolares, especificamente, Amorim complementa:

No tocante aos autores dos livros didáticos, salientamos que no período em tela eles eram intelectuais e altas personalidades da sociedade brasileira. Ao escrever um livro didático, estava-se cumprindo uma tarefa de amor à pátria e realizando um gesto honroso de homem culto e civilizado. (AMORIM, 2013, p. 5)

Como Amorim assinala é possível perceber o discurso patriótico em quase todas as obras aqui analisadas, o que sugere que os livros escolares compunham-se como objetos culturais capazes de moldar condutas e comportamentos que eram julgados adequados para a época de suas produções.

A citação acima vai de encontro com o que pudemos observar. A partir de um breve levantamento bibliográfico de seus autores, fica evidente que a maioria possuía reconhecimento na sociedade, alguns dos autores possuíam cargos políticos com influência nas esferas educacionais. Reconhecemos também que a maioria deles estava inserido no círculo de relações do editor. Ao prefaciando a obra de Newton Craveiro, Lourenço Filho evidencia sua relação de amizade com o autor. Lembrando que o editor escreve o prefácio logo após a morte do autor, afirmando que a publicação de seu livro impresso seria uma “consolação digna para seu espírito.”

Outra questão intrigante é a indicação da obra de Nepomuceno para o ensino primário. Este livro foi inicialmente configurado para o público adolescente; o que teria levado o editor a deslocá-lo de seu contexto original e sugerir novos usos e novos públicos? O primeiro capítulo do livro de Nepomuceno também apresenta indícios da relação pessoal do autor com o editor, uma vez que sugere que Lourenço Filho tenha sido presidente do núcleo de escoteiros do qual o autor fazia parte.

Mas será que apenas as relações pessoais seriam suficientes para a indicação destas obras pelo editor? Outra possibilidade consiste na hipótese de que Lourenço Filho, defensor da Escola Nova, teria selecionado obras que condiziam com os ideais deste modelo pedagógico. Em *Geografia da Criança*, por exemplo, o autor se declara abertamente adepto deste modelo de ensino. Porém, diversas

outras obras ainda se configuram dentro do modelo tradicional de ensino, como a própria coleção de Barroso, demandando da intervenção do editor para a adaptação dos conteúdos ao modelo educacional que ele julgava ideal.

Ao que tudo indica, a coleção denominada *Bibliotheca Popular de Higiene*, de Sebastião Barroso, não possuía em seu momento de produção a intencionalidade de atingir o público escolar. Porém, através da mediação editorial, Lourenço Filho propõe que estes conteúdos sejam adaptados à esfera educacional, deslocando-os de seu contexto original. A mediação editorial também aparece na indicação dos outros livros. Que motivos teriam levado o editor a escolher, especificamente, àquelas obras? Como estes livros participaram da produção de representações na época? Estavam articulados ao movimento escolanovista?

Independente das reais intenções que motivaram o editor a indicar os dez títulos aqui analisados, fica evidente as marcas que ele deixa nestes materiais. Relembramos os conceitos de Chartier: “Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos. (...)”. (CHARTIER, 1991, p.8). Destacamos que as intervenções do editor podem contribuir para a atribuição do sentido que os leitores farão do objeto impresso, podendo “(...) avocar novos públicos ou usos inéditos”. (CHARTIER, 1991, p.8).

A análise dos livros evidencia que Lourenço Filho, através da mediação editorial, evocou outros públicos à coleção de Barroso, atribuiu novos sentidos à leitura e aos livros direcionados ao ensino de higiene. É possível também que ele tenha utilizado sua posição de editor para promover seus ideais pedagógicos? Se isto for verdade, em que exatamente consistiria o projeto de educação higiênica baseado nos princípios escolanovistas?

Estes são apenas alguns dos muitos questionamentos que emergem das análises das fontes primárias. No limite aqui imposto, não possuímos elementos suficientes para responder estas questões. Desta maneira, finalizamos este trabalho com a indicação de possíveis linhas de investigação futuras, considerando a importância da temática para a História da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, T. D. *Içá Rainha*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

ANDRADE, T. *Totó Judeu*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

ANDRADE, T. *El- Rei D. Sapo*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

ANDREOTTI, A. L. *Livros de Leitura – Série Braga*. Disponível em: <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com.br/2010/05/livros-de-leitura-serie-braga.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

AMORIM, R. M. *As práticas Curriculares e a concepção de História no livro da Série Braga: um estudo do compêndio no início da república brasileira*. Trabalho apresentado no VII congresso Brasileiro de História da educação, 2013, Cuiabá. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. v. 1. p. 1-12.

ARAÚJO, D. L. B.; SANTANA, J. G. S.; FILHO, G. G. S. *Escolanovismo e a Educação na Década de 1930*. 2013. Disponível em: <http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/ESCOLANOVISMO_EDUCACAO_DECADA_1930.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BARROSO, S. M. *O solo e a saude*. São Paulo: Melhoramentos, 1937.

BRAGA, E. *Livro I – Série Braga*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

BRAGA, E. *Livro II – Série Braga*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

BRAGA, E. *Livro III – Série Braga*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

CARVALHO, M. M. C. Livros e Revistas para Professores – configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO;

FREITAS; MOGARRO; CARVALHO. *História da Escola em Portugal e no Brasil – circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN MANES. *Base de dados MANES Manuais escolares europeus e latino-americanos. Guia para a catalogação*. Madrid: Lerko Print, s.d.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. *El mundo como representación*. Barcelona: Gedisa, 1992, pp. 51 – 55.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5 nº 11. São Paulo, Jan/Apr. 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CRAVEIRO, N. *João Pergunta*, São Paulo: Melhoramentos, 1939.

CUNHA, M. V.; SILVA, T. *Concepções políticas e educacionais de Renato Jardim na década de 1930*. Revista HISTEDBR on line, v. 13, p. 78-91, 2013.

DEODATO DE MORAES, P. *Vida Hygiênica*. São Paulo: Melhoramentos, 1947.

ESCOLANO, A. El libro escolar como espacio de memoria. In: OSSENBACH, G.; SOMOZA, M. *Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001.

FERREIRA, J. A. *Profeta da unidade: Erasmo Braga – uma vida a descoberto*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREITAS, B. N. de *Ler, escrever e contar serão os meios, a lavoura o fim: educação e infância no livro João Pergunta ou O Brasil Sêcco de Newton Craveiro (1920-1930)*. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções, 2014, São Paulo. Caderno de Resumos - VII Simpósio Nacional de História Cultural: História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, 2014. p. 196-196.

FONSECA, T. N. L. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES, C. B. *Usos e abusos de uma vida: a biografia de Erasmo Braga e o protestantismo brasileiro de 1950 a 1970*. In: XVII Simpósio Nacional da ANPUH, 2013, Natal RN. Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

HILSDORF, M. L. S; ALEXANDRE, F. L. *Thales de Andrade, autor de literatura infantil: trajetória e constituição do campo*. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, n. 1 (31), p. 129-157, jan./abr. 2013 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.017> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

INEP. “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

JARDIM, R. *Geografia da Criança*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

LOURENÇO FILHO M.B. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1930 (Bibliotheca da Educação, v. XI).

MOREIRA, K. H.; Pinheiro, A. *Livros de leitura na primeira metade do século XX: concepções de leitura e de leitores*. Dourados: Interletras, v. 12, p. 1-18, 2010.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2.ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEMI, A. L. L.; MARTINS, J. C. *Didática da História: o tempo vivido*. Uma outra história. São Paulo: FTD, 1996.

NEPOMUCENO, *Oitocentas Léguas a Pé*. A. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, C. L. M. V. *Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação*. Revista Agora, Rio de Janeiro, v. V, p. 134-153, 2002.

OLIVEIRA, L. L. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Conferência apresentada no colóquio "Variações sobre um tema: interpretações do Brasil e do Estado Novo"*, Santa Catarina, 2007.

ROCHA, H. H. P. *O que todos precisam saber e como se deve ensinar: a constituição da coleção Bibliotheca Popular de Hygiene*. 2015. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SIMÕES, R. H. S.; BERTO, R. C. *Movimento Escolanovista e Formação de Professores no Espírito Santo: Atílio Vivacqua, Deodato de Moraes e Adolphe Ferrière*. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da educação no Brasil, 2013, Cuiabá-MT. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá-MT: UFMT, 2013.

STANISLAVSKI, C. F. S. *Uma Leitura de Saudade (1919), de Thales Castanho de Andrade*. In: 5º Congresso de Leitura do Brasil: Pensem nas crianças mudas telepáticas. Campinas: ALB, 2005. p. 1-13. 15º Congresso de Leitura do Brasil: Pensem nas crianças mudas telepáticas, 2005, Campinas/SP.

VALE, A. D. *Tales de Andrade: Representações do Brasil*. Piracicaba, SP: 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

VELLOSO, M. P. A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 11(6): 89-112, 1993.

VIÑAO FRAGO, A. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. *Areas Revista de Ciencias Sociales*, n. 20, p. 9-25, 2000.

ANEXO 1 - FICHAS DE CATALOGAÇÃO DOS MANUAIS

EL-REI D. SAPO	
AUTOR	THALES C. DE ANDRADE
ILUSTRADOR	-
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1922
EDIÇÃO	-
TIRAGEM	-
CLASSIFICAÇÃO	-
PREÇO	1\$500
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	LIVRO PERTENCENTE À COLEÇÃO "ENCANTO E VERDADE"

DONA IÇÁ RAINHA	
AUTOR	THALES C. DE ANDRADE
ILUSTRADOR	-
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	-
EDIÇÃO	4ª
TIRAGEM	-
CLASSIFICAÇÃO	-
PREÇO	1\$500
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	LIVRO PERTENCENTE À COLEÇÃO "ENCANTO E VERDADE"

TOTÓ JUDEU	
AUTOR	THALES C. DE ANDRADE
ILUSTRADOR	-
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1927 (?)
EDIÇÃO	-
TIRAGEM	-
CLASSIFICAÇÃO	-
PREÇO	1\$500
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	LIVRO PERTENCENTE À COLEÇÃO “ENCANTOE VERDADE”

VIDA HIGIÊNICA	
AUTOR	PEDRO DEODATO DE MORAES
ILUSTRADOR	F. RICHTER
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1947
EDIÇÃO	8ª
TIRAGEM	5.000
CLASSIFICAÇÃO	CURSO PRIMÁRIO
PREÇO	Cr \$ 5,00
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	IMPRESSO NA CAPA A INFORMAÇÃO: “USO AUTORIZADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – REGISTRO Nº 889 “

JOÃO PERGUNTA	
AUTOR	NEWTON CRAVEIRO
ILUSTRADOR	F. RICHTER
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1939
EDIÇÃO	13 ^a
TIRAGEM	10.000
CLASSIFICAÇÃO	CURSO PRIMÁRIO
PREÇO	4\$000 c/30%
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	-

OITOCENTAS LEGUAS A PÉ	
AUTOR	A. B. NEPOMUCENO
ILUSTRADOR	-
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1926
EDIÇÃO	1 ^a
TIRAGEM	5.000
CLASSIFICAÇÃO	ADOLESCÊNCIA
PREÇO	3\$000 c/30%
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	LIVRO PERTENCENTE À COLEÇÃO "BIBLIOTHECA DA ADOLESCÊNCIA"

GEOGRAFIA DA CRIANÇA	
AUTOR	RENATO JARDIM
ILUSTRADOR	F. RICHTER
EDITOR	LOURENÇO FILHO
EDITORA	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1938
EDIÇÃO	8ª
TIRAGEM	10.000
CLASSIFICAÇÃO	CURSO PRIMÁRIO
PREÇO	8\$000 / 30%
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	-

SÉRIE BRAGA – LIVRO I	
AUTOR	ERASMO BRAGA
ILUSTRADOR	-
EDITOR	-
EDITORA	EDITORA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1922
EDIÇÃO	3ª
TIRAGEM	-
CLASSIFICAÇÃO	-
PREÇO	-
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	IMPRESSO NA CAPA A INFORMAÇÃO: “OBRA APROVADA PELAS DIRECTORIAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO E PARANÁ

SÉRIE BRAGA – LIVRO II	
AUTOR	ERASMO BRAGA
ILUSTRADOR	-
EDITOR	-
EDITORA	EDITORA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1921
EDIÇÃO	2ª
TIRAGEM	-
CLASSIFICAÇÃO	-
PREÇO	-
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	IMPRESSO NA CAPA A INFORMAÇÃO: “OBRA APROVADA PELAS DIRECTORIAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO E PARANÁ

SÉRIE BRAGA – LIVRO III	
AUTOR	ERASMO BRAGA
ILUSTRADOR	NICO ROSSO
EDITOR	-
EDITORA	EDITORA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
ANO	1956
EDIÇÃO	149ª
TIRAGEM	15.000
CLASSIFICAÇÃO	DIDÁTICO
PREÇO	Cr\$ 18,00
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	IMPRESSO NA CAPA A INFORMAÇÃO: “USO AUTORIZADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - REGISTRO Nº 880”